

Volume

38

ISSN 0104-6551

Série Documental
RELATOS DE PESQUISA

Educação Superior:
Formação de Professores
X
Demanda de Educação
Básica

Ana Maria Fontenelle Catrib
Simone da Cunha Gomes
Fernanda Denardin Gonçalves

INEP

Ministério
da Educação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO MEC

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)

MEC

Ministério da Educação

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Educação Superior: Formação de Professores X Demanda de Educação Básica

Ana Maria Fontenelle Catrib*
Simone da Cunha Gomes**
Fernanda Denardin Gonçalves***

* Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora titular do curso de mestrado em Educação em Saúde da Universidade de Fortaleza.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFCE). Professora titular do curso de Direito da Universidade de Fortaleza.

*** Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Chile.

© Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

ASSESSORIA TÉCNICA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

EDITOR EXECUTIVO

Jair Santana Moraes

REVISÃO

Focalize Eventos e Serviços Ltda.

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Regina Helena Azevedo de Mello

ARTE-FINAL E DIAGRAMAÇÃO

Márcia Terezinha dos Reis

TIRAGEM

1.000 exemplares

EDITORIA

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 4º Andar, Sala 414

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2104-8438, 2104-8042

Fax: (61) 2104-9812

editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 4º Andar, Sala 404

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fone: (61)2104-9509

publicacoes@inep.gov.br

<http://www.publicacoes.inep.gov.br>

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Catrib, Ana Maria Fontenelle.

Educação superior : formação de professores x demanda de educação básica / Ana Maria Fontenelle Catrib, Simone da Cunha Gomes, Fernanda Denardin Gonçalves. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

62 p. : il. – (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0104-6551 ; 38)

1. Educação superior – Brasil. 2. Formação de professores. 3. Educação básica. I. Título.

CDU 378(81)

SUMÁRIO

Educação Superior: Formação de Professores x Demanda de Educação Básica

INTRODUÇÃO	5
1 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	6
2 A EDUCAÇÃO BÁSICA E A CRISE DO ENSINO SUPERIOR	8
3 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	11
CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19
ANEXOS	21
A – Estatísticas referentes aos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (2003)	23
B – Estatísticas referentes à Sinopse do Censo da Educação Superior (2004)	31
C – Estatísticas referentes ao Censo do Magistério (2003)	49

Educação Superior: Formação de Professores x Demanda de Educação Básica

Ana Maria Fontenelle Catrib
Simone da Cunha Gomes
Fernanda Denardin Gonçalves

INTRODUÇÃO

Neste momento histórico de consolidação das prerrogativas propostas pela LDB (Lei nº 9.394/96) e dispositivos complementares, entre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais, surge, no cenário educativo nacional, uma diversidade de análises e reflexões sobre o ensino superior, a formação de professores e a educação básica. Evidencia-se esta afirmação em face do conjunto de acervo bibliográfico em que são divulgadas novas bases conceituais, apoiadas em pesquisas e reflexões de especialistas e pesquisadores na área.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), preocupado em oferecer tratamento mais coeso e funcional das informações e dados coletados por meio das pesquisas, de estatísticas e das avaliações educacionais, tem promovido estudos e pesquisas analíticas de forma a apresentar uma imagem mais nítida da educação brasileira como sistema.

Esses desafios conduzem a uma compreensão processual da temática em questão – ensino superior, formação de professores e demanda da educação básica –, em virtude das funções educativas que

esta desenvolve e das maneiras como propõe realizá-las.

Nessa perspectiva, construiu-se texto reflexivo ancorado nos dados fornecidos por documentos oficiais, tais como o Relatório do Saeb 2003, a Sinopse do Censo do Professor 2003 e a Sinopse do Ensino Superior (2004), de forma a contribuir na implementação e na avaliação de políticas públicas de educação.

Com base na discussão desses dados, delinearam-se análises, reflexões e considerações com vista ao encaminhamento de propostas de ações a serem apresentadas aos gestores da educação.

O texto está organizado em três tópicos. O primeiro apresenta dados do Saeb 2003 e reafirma a importância dos fatores intra e extra-escolares que repercutem no rendimento escolar dos alunos. O segundo visa resgatar a concepção pedagógica de educação básica e discute os problemas que historicamente têm permeado a educação superior, apresentando alguns posicionamentos relativos ao Anteprojeto de Lei da Reforma Universitária. No terceiro tópico do trabalho, busca-se, a partir dos documentos oficiais, delinear o perfil do professor em

exercício na educação básica, apresentando dados relativos à oferta de cursos na área da educação.

1 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Para compreender a problemática da dinâmica que se faz presente no ensino superior, na formação de professores e na educação básica, é oportuno considerar o movimento *de volta ao básico*, às aprendizagens fundamentais relacionadas à leitura, à escrita e às matemáticas, em face da consciência dos baixos níveis de sucesso escolar que impulsionaram a criação de mecanismos de avaliação da qualidade da educação básica no Brasil.

Neste contexto surge o Saeb, instituído em 1995 pelo MEC/Inep, que se vem estruturando no sentido de dar visibilidade aos investimentos efetuados nesse nível de ensino pelo poder público, objetivando informar aos gestores educacionais e à sociedade os resultados inerentes aos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos. Dessa forma, oferece “subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas nas áreas e etapas de ensino avaliadas”.¹

O Brasil, uma das dez maiores economias do planeta, apresenta contrastes marcantes no campo da educação. O desempenho escolar encontra-se incompatível com as exigências do desenvolvimento nacional. Tal fato é constatado a partir dos dados levantados pelo Saeb 2003, cujos alunos não apresentaram em três períodos consecutivos melhoria no rendimento da Leitura e da Matemática, com

exceção dos alunos da 4ª série do ensino fundamental, que, em análise estatística rigorosa dos testes de leitura realizados em 2003, obtiveram pequena inversão na tendência de queda desde 1995, quando o exame passou a ser comparativo.

De acordo com a análise do Inep, a média de desempenho em Língua Portuguesa (4ª série) no Saeb 2003, comparada à de 2001, evidencia mudanças positivas e significativas, com aumento de 4,3 pontos, a partir de testes estatísticos rigorosos. Na Região Norte não houve diferença estatisticamente significativa, mesmo com o Estado do Acre tendo acréscimo de 10,4 e o de Tocantins de 13,4. Na Região Nordeste, a diferença entre os resultados foi de 5,3 pontos, sendo que os Estados que mais se destacaram foram: Rio Grande do Norte (7,4), Pernambuco (8,0), Sergipe (10,4) e Bahia (7,9). Nas Regiões Sudeste e Sul não foram identificadas mudanças relevantes nas pontuações; vale ressaltar, porém, que essas regiões mantiveram os mais altos níveis de desempenho nas duas últimas avaliações. O Centro-Oeste foi a região de maior destaque, com diferença total de 8,1, considerando 8,6 para Mato Grosso do Sul, 7,2 para Mato Grosso, 8,0 para Goiás e 7,4 para o Distrito Federal (Anexo A – Tabela 1).

Considerando-se as observações realizadas no relatório do Saeb 2003, de que numa escala de desempenho de 0 a 375 pontos relativos à Leitura na 4ª série do ensino fundamental um patamar de mais de 200 pontos estaria próximo ao adequado, verifica-se que, na média brasileira, há tendência de aproximação em atingir este patamar. Isso parece demonstrar o trabalho que vem sendo realizado pela comunidade escolar e pelo poder público na busca da excelência educacional.²

¹ Objetivo do Saeb retirado da página do Inep. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/objetivos.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2006.

² Várias ações têm sido adotadas pelo poder público, entre elas: Programa Nacional do Livro Didático, Biblioteca na Escola e Ensino Fundamental na TV Escola.

No que diz respeito à Matemática da 4ª série do ensino fundamental, a escala é mensurada de 0 a 425 pontos, atribuindo a uma média satisfatória um patamar de, pelo menos, 200 pontos. Embora a média brasileira tenha sido acrescida em 2003 (177,1) em relação a 2001 (176,3), não podemos afirmar ter havido alteração significativa no desempenho dos alunos. Na Região Centro-Oeste, em procedimentos estatísticos menos rigorosos, no Acre (6,7) e em Mato Grosso do Sul (5,3), percebe-se acréscimo na média obtida em 2003 (Anexo A – Tabela 2).

Na 8ª série do ensino fundamental, o desempenho dos alunos em Leitura mostrou-se inalterado de 2001 para 2003, com exceção do Estado de Rondônia, onde se percebe um expressivo decréscimo de 14 pontos. Se levarmos em conta procedimentos estatísticos menos rigorosos, situação similar ao Estado de Rondônia ocorreu no Pará, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais, no Espírito Santo e em Mato Grosso (Anexo A – Tabela 3).

Em Matemática, ao concluírem o ensino fundamental, os alunos necessitariam de 300 pontos para atingir o patamar adequado, o que os prepararia para continuar a trajetória escolar. Os resultados do Saeb demonstram que o Rio Grande do Sul é o Estado que mais se aproxima deste patamar, com 259,6 pontos, embora com discreto decréscimo de 0,8 pontos em relação a 2001. O Paraná apresenta o maior crescimento (10,7 pontos), e Rondônia obteve decréscimo estatisticamente significativo de 7,1 pontos (Anexo A – Tabela 4).

Na 3ª série do ensino médio também não ocorreram mudanças significativas em

Leitura que permitam identificar alteração no resultado. A média nacional, que foi de 262,3 em 2001, passou, em 2003, para 266,7. No Estado do Maranhão, em procedimentos estatísticos rigorosos, é possível constatar expressivo aumento da média: 19 pontos em relação a 2001. Com menor rigor estatístico, podemos afirmar que, também no Brasil, houve aumento de 4,3 pontos, na Região Nordeste, de 7,1 pontos, assim como no Estado de Roraima, de 16,5 pontos (Anexo A – Tabela 5).

No desempenho dos alunos da 3ª série do ensino médio em Matemática, pode ser observado que a média nacional passou de 276,7 em 2001 para 278,7 em 2003. Nos Estados de Amazonas e Maranhão, em testes estatísticos menos rigorosos, houve aumento significativo na média de desempenho: 11,7 e 13,9, respectivamente (Anexo A – Tabela 6).

Os fatores que caracterizam *uma boa escola*³ na visão do Saeb devem ser reexaminados na perspectiva de identificar a sua interferência nos resultados evidenciados nos testes estatísticos e suas inferências.

Reafirmando a importância dos fatores intra e extra, explicitados no relatório do Saeb, consideramos prioritário dirigir a atenção a essa questão, uma vez que ela possibilita a reversão do quadro educacional que tem sido delineado pelos testes, alterando significativamente os rumos da educação brasileira.

Torna-se necessário, neste particular, gerar reflexões acerca da educação básica, no sentido de que elas poderão contribuir para a elaboração de proposições de ações pertinentes ao aprimoramento do sistema de educação nacional vigente.

³ Condições de vida dos alunos, de suas famílias e de seu contexto social, cultural e econômico, e a própria escola, por meio dos professores, diretores, projeto pedagógico, insumos, instalações, estrutura institucional, "clima" da escola e relações intersubjetivas no cotidiano escolar.

2 A EDUCAÇÃO BÁSICA E A CRISE DO ENSINO SUPERIOR

As inquietações da sociedade e dos poderes públicos, próprias de momentos de recessão econômica, de crise de valores e de corte nos gastos sociais, diante dos resultados educacionais, direcionam estratégias com vista à organização da atividade educativa como um todo, na qual o ensino superior e a formação de professores ganham destaque.

Reveste-se de significativa relevância neste contexto a expressão educação básica, pois é a partir dos anos 80 que ela começa a ser incorporada ao discurso da política educacional. O conceito então evidenciado estabelece o papel do poder público perante a educação, diante das necessidades intelectuais e sociais.

[...] a educação básica é aqui entendida como aquela que venha a possibilitar a leitura, a escrita e a compreensão da língua nacional, o domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, bem como o domínio dos códigos sociais e outras informações indispensáveis ao posicionamento crítico do indivíduo face à realidade. A educação básica extrapola os limites da ação meramente escolar e passa a compreender ações educativas para outros segmentos da população brasileira que não tiveram acesso à escolarização ou dela ficaram alijados prematuramente. Nesse sentido, compreenderá também o atendimento a toda a população jovem e adulta não escolarizada pelo ensino regular (Brasil, 1985).

A educação básica volta-se para o desenvolvimento de competências imprescindíveis à vida social e produtiva, competências estas ainda não construídas pela escola pública brasileira. Por conseguinte, o quadro evidenciado no relatório do Saeb 2003 apresenta-se complexo, uma vez que demonstra comprometimento da produção do conhecimento e da socialização dos seus benefícios.

A formação docente tem significativo destaque na reforma universitária no final da década de 1960, que, na opinião de alguns estudiosos, configurava-se como situação de crise, em face da reforma política incrementada em 1964 e dos compromissos assumidos pelo acordo MEC/Usaid, com a finalidade de capacitar docentes para gerenciar o ensino superior.

A crise que, inicialmente, tem feição organizacional, aos poucos foi se transformando em crise de identidade. Por este prisma, os fatores que produziram a crise seriam exógenos à academia, firmariam o compromisso de ampliar o número de vagas e de produzir melhores profissionais. Entretanto, a crise poderia estar na própria instituição, ou seja, o ensino superior mostrava-se incapaz de acompanhar a evolução da sociedade como um todo, deixando de contribuir para a solução dos problemas socioeconômicos e culturais.

A questão política não é o tema central dos discursos dos reformadores. Segundo Vieira (1982, p. 135), há consenso entre os reformadores quanto ao fato de que a reforma devesse ser vista como questão técnica, embora o momento exigisse decisão política.

A expansão do ensino superior, o aspecto mais importante da crise, fora tema de preocupação não só de estudantes e professores como se fez presente no trabalho de Rudolph Atcon,⁴ reaparecendo nas proposições

⁴ O diagnóstico realizado por este professor em relação ao ensino superior apontava como um dos pontos da crise a explosão demográfica e sua conseqüente pressão sobre o sistema de ensino.

da Comissão Maia,⁵ no Relatório Meira Matos⁶ e no Grupo da Reforma Universitária. Nesse sentido, a ampliação do ensino superior deveria orientar-se pelo princípio da racionalização das atividades acadêmicas. Para que tal medida fosse efetivada, eram necessárias certas mudanças, que passariam por transformações no vestibular, criação do ciclo básico, entre outras.

A reestruturação do ensino superior, embora não se deixe de reconhecer sua importância e coerência num quadro de mudança da identidade da universidade brasileira, trouxe significativa alteração no quadro de formação de professores.

De acordo com análise realizada por Fávero (1989, p. 72), no período de 1960 a 1973, houve tendência de crescimento contínuo em relação às matrículas, tanto nas instituições públicas como nos estabelecimentos particulares de ensino superior. No período de 1970 a 1973, o crescimento da matrícula nos estabelecimentos isolados mostra-se superior àquele da universidade.

A partir de 1974 até 1978, a expansão ficou mais estável porque o Governo Federal tinha solicitado maior moderação e até suspensão de recebimento de pedidos das novas escolas (Aviso Ministerial nº 1.033/74).

A crise dos anos 80 é particularmente significativa para o ensino superior. Na visão de Tramontin (1990, p. 18), a crise representa o preço que a universidade brasileira paga por tentar, em 20 anos, um processo de modernização que, nos EUA e na Europa, levou 100 anos para ocorrer. Nesse período, o governo interrompeu a criação de cursos de nível superior, provocando calorosas discussões, as quais retratam as distorções das políticas públicas nas regulamentações referentes à abertura de cursos, na falta de mecanismos

adequados de controle de qualidade e, principalmente, na falta de liberdade para as instituições de ensino superior se estabelecerem e operarem segundo regras mais adequadas ao logro de eficiência e qualidade.

Este expressivo decurso de mutação pela qual vinha passando a universidade brasileira impede esta de desenvolver identidade sólida e legítima. Neste contexto, é necessário ressaltar a contribuição da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), no que diz respeito ao princípio e à prática da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, os quais devem revigorar tanto no plano institucional como no plano individual do docente.

Segundo Cunha (1989, p. 8), ao analisar os aspectos problemáticos da reforma de 1968, assinala que a privatização, a fragmentação e a segregação constituíram características marcantes da política do ensino superior do regime autoritário, aspectos estes “destruidores do projeto de construção de uma universidade pública democrática e competente no Brasil”.

No percurso das mudanças e considerando os elementos históricos mais significativos na década em curso, pode-se afirmar que o problema da expansão esbarra mais uma vez na formação de recursos humanos qualificados para atender à demanda do mercado e nas necessidades organizacionais especialmente voltadas para os aspectos econômicos, ou seja, para o financiamento do ensino superior.

O Anteprojeto de Lei da reforma universitária não demonstra clareza em relação à questão da expansão do ensino superior, centrando-se no fortalecimento da pós-graduação, por reconhecer a sua capacidade na qualificação de recursos humanos para atender as necessidades do desenvolvimento

⁵ Segundo essa comissão, era necessário proceder um aumento da rede escolar superior.

⁶ O Relatório Meira Matos, publicado em 1967, acentuava a necessidade de expansão do ensino superior num momento em que o movimento estudantil fazia pressão por mais vagas e pela reforma do ensino superior.

científico e social. A expansão mencionada é definida como

[...] aumento de vagas em cursos de mestrado e doutorado, acadêmicos ou profissionais, compatível com as necessidades econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas do país e, em especial, com as exigências desta Lei, para o gradativo incremento de mestres e doutores no corpo docente das instituições de ensino superior. (Art. 5, II)

A proposta enfatiza o compromisso social da instituição de ensino superior para com a democratização do acesso e das condições de trabalho acadêmico, bem como a articulação com a educação básica (Art. 5, VI).

Parece-nos que a discussão sobre a expansão encontra-se implícita no compromisso de responsabilidade social, o qual deverá ser assumido pela própria instituição de ensino superior em face das políticas educativas e sociais.

De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), professor Roberto Cláudio Frota Bezerra, discutir a reforma do ensino superior é examinar cuidadosamente o modelo historicamente baseado em experiências européias que já se mostram ineficientes, especialmente no nível público. O setor privado, por sua vez, sofre os efeitos da manutenção desses modelos, já que a reforma, na opinião do presidente, é marcada “pela inobservância das principais tendências dos demais países emergentes latino-americanos que obtiveram algum sucesso no processo de escolarização de sua população”.

Baseado nessa premissa, o presidente do CNE, no traço do cenário nacional de ensino, argumenta que, além do excesso de regulamentação, há carência de políticas voltadas para o crescimento das regiões brasileiras e há falta de clareza da dimensão da exclusão social que algumas delas sofrem.

Merece destaque neste contexto o Programa Universidade para Todos – ProUni,⁷ por constituir-se uma experiência bem sucedida trazida pela reforma. Atingir as políticas de democratização do acesso e de assistência estudantil é atentar para a necessidade de formulá-las a partir de algumas premissas destacadas no documento: I – condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais; II – importância da diversidade social e cultural no ambiente acadêmico; e III – condições acadêmicas dos estudantes ao ingressarem, em face das exigências dos respectivos cursos de graduação.

Assumir as condições históricas, culturais e educacionais dos diversos segmentos sociais supõe claramente uma aposta na formação do estudante de classe social e econômica menos favorecida, por reconhecer sua importância no contexto da educação brasileira.

Refletir sobre os aspectos relativos à crise do ensino superior não é apenas analisar os aspectos problemáticos da reforma de 68, mas trata-se de pensar a universidade como eficaz instrumento de criação de nova consciência social, no sentido de que fatores como universalização da educação básica, eliminação da repetência e da evasão, assim como o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do País devem ser considerados responsáveis pela construção de universidade pública, democrática e competente.

⁷ Programa que tem por objetivo a criação de bolsas no ensino privado quanto ao aumento do número de vagas oferecidas pelo sistema federal.

3 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA⁸

Um dos aspectos que nos permitem observar a expansão na educação superior é o número de instituições que oferecem este nível de ensino. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constantes da *Síntese do Ensino Superior – 2004*, vem crescendo a cada ano o número de instituições que ofertam ensino superior no Brasil. Em 2004 identificou-se que existem 2.013 instituições,⁹ sendo que 224 pertencem à rede pública e 1.789 pertencem à rede privada.

Partindo dessa primeira constatação, consideramos que, no nosso contexto, o atendimento da demanda expressiva por ensino superior efetiva-se principalmente na rede de ensino privada, fato que pode ser verificado com maior intensidade em algumas regiões.

A Região Sudeste é a que mais possui instituições de ensino superior (1.001 unidades), sendo 90 da rede pública e 911 da rede privada. Até mesmo a Região Norte, que é a que tem menos instituições de ensino superior (118 unidades), conta com 18 unidades pertencentes à rede pública e 100 à rede privada (Anexo B – Tabela 1 e Gráfico 1).

Na experiência brasileira, observa-se que, em geral, tanto a iniciativa particular como o setor público têm contribuído para o desenvolvimento educacional. Numa sociedade que comporta a livre iniciativa da educação (Constituição Federal, art. 209), o problema da expansão do sistema nacional de educação superior é tarefa de todos.

Para atender a demanda pelo ensino superior, as instituições contam com 279.058 docentes em exercício, sendo que 185.258 trabalham na rede privada e 93.800 na rede pública, sendo que 57% possuem pós-graduação *stricto sensu*, perfazendo um total de 98.664 mestres e 58.431 doutores. Entra no rol de conquistas da política de qualificação docente o fato incontestável de que nas últimas décadas houve crescente melhoria na titulação dos profissionais de ensino superior¹⁰ (Anexo B – Tabela 2 e Gráfico 2).

Esses profissionais são responsáveis por 18.644 cursos de graduação presenciais (6.273 cursos nas capitais e 12.371 nos interiores), sendo que 6.262 são ministrados em instituições públicas e 12.382 em instituições privadas. É interessante destacar que a oferta de cursos nas Regiões Norte e Nordeste é bem maior nas instituições públicas que nas privadas (1.015 contra 512 para a Região Norte e 2.124 contra 1.194 para a Região Nordeste). Nas demais regiões essa relação é inversa, pois as instituições privadas são as que mais oferecem cursos de graduação (7.148 contra 1.387 para a Região Sudeste; 2.546 contra 1.015 para a Região Sul; e 982 contra 711 para a Região Centro-Oeste) (Anexo B – Tabela 3 e Gráfico 3).

As instituições de ensino superior brasileiras têm-se feito presentes nos diversos municípios, o que pode ser constatado com a expressiva participação delas na interiorização da educação superior na perspectiva do desenvolvimento da região.

Quanto à oferta de cursos específicos por área, observa-se que quase 25% do total de cursos presenciais ofertados no País são relacionados à área de Educação (4.580),

⁸ A questão da expansão discutida neste tópico diz respeito a oferta de vagas pelas IES públicas e privadas em curso relacionado à educação.

⁹ Consideraram-se como instituição de ensino superior: as universidades; os centros universitários; as faculdades integradas; as faculdades, escolas e institutos; os Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia – tanto das capitais quanto do interior.

¹⁰ Ver Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente do Ensino Superior (Capes). Relatório Final da Avaliação Trienal da Pós-graduação – Período Avaliado: 2001 – 2003, 20 de dezembro de 2004.

incluindo 1.459 cursos relacionados às Ciências da Educação, com 281.140 estudantes matriculados, 984 relacionados à Formação de Professor da Educação Básica, 253 relacionados à Formação de Professor de Disciplinas Profissionais, 20 cursos de Formação de Professor de Educação Infantil, 1.862 cursos relacionados à Formação de Professor de Matérias Específicas, com 164.671 estudantes matriculados, e 2 cursos gerais de Formação de Professor e Ciências da Educação (Anexo B – Tabelas e Gráficos 4 e 5).

Dos 4.580 cursos da área de Educação, 2.377 são ofertados por instituições públicas e 2.203 por instituições privadas. O curso mais ofertado da área de Educação é o Curso de Pedagogia (1.446), que está diretamente relacionado ao tema das Ciências da Educação. Com relação à temática da Formação do Professor da Educação Básica, o curso mais ofertado é o normal superior (694 cursos), seguido de curso de formação de professor das séries Iniciais do ensino fundamental (124 cursos) (Anexo B – Tabela 5 e Gráfico 5).

Na Formação de Professor de Disciplinas Profissionais, a maior oferta é em Educação Física (134 cursos), seguido de Computação (39 cursos). Dos 1.862 cursos de Formação de Professor de Matérias Específicas, 421 são da área de Letras, 279 de Ciências, 272 de Matemática, 228 de História, 202 de Geografia e 159 de Biologia, além de Desenho, Estudos Sociais, Filosofia, Física, Língua e Literatura (estrangeira clássica ou estrangeira moderna e vernácula, português, ou vernácula e língua estrangeira moderna), matérias pedagógicas, Psicologia, Química, Sociologia e Ciências Sociais (Anexo B – Tabela 5 e Gráfico 5).

Merece destaque a expressiva oferta de cursos na área da Educação e, mais especificamente, dos relativos à Formação de Professor da Educação Básica. Esse dado parece ter repercussões evidentes em nível da política educativa, fato este comprovado pelo aumento do número de professores atuando na educação básica.

Desse modo, em relação aos processos seletivos para a entrada de alunos no ano de 2004, as instituições responsáveis pela educação superior ofereceram 2.320.421 vagas. Ante esta oferta, identificou-se que, do total, 342.201 vagas eram para a área de Educação, subdivididas em: Ciências da Educação, Formação de Professor da Educação Básica, Formação de Professor de Disciplinas Profissionais, Formação de Professor da Educação Infantil, formação de Professor de Matérias Específicas, Formação de Professor e Ciências da Educação (cursos gerais) (Anexo B – Tabela 6 e Gráfico 6).

Identificou-se que o maior número de inscritos foi nas Ciências da Educação (231.317 inscritos), seguido da Formação de Professor de Matérias Específicas (172.675 inscritos). Além deste total de alunos inscritos para participar do processo seletivo (vestibular e outros) para seguir a carreira de Educação, vale salientar que são ofertadas 153.530 vagas para Ciências da Educação e 99.804 para Formação de Professor de Matérias Específicas. Porém, com este total de vagas e de inscritos, ingressam somente 82.773 alunos nas Ciências da Educação e 61.824 alunos na Formação de Professor de Matérias Específicas. (Anexo B – Tabela 6 e Gráfico 6)

Todavia, cabe ressaltar que, nas Ciências da Educação, identifica-se que foram preenchidas apenas 82.773 vagas, do total de 153.530 vagas existentes. Em relação à Formação de Professor de Matérias Específicas, percebe-se situação similar, na qual ingressam na universidade apenas 61.824 do total de 99.804 vagas existentes (Anexo B – Tabela 6 e Gráfico 6).

Diante desta realidade, é oportuno discutirmos as possíveis causas do reduzido ingresso de alunos nos cursos de maior demanda na área da Educação. Entre os muitos problemas apresentados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), o processo seletivo constitui-se aspecto de relevância, quando se trata de discutir a democratização do acesso à educação.

Tal situação torna-se ainda mais complexa quando alunos são aprovados em processos seletivos de mais de uma universidade, comprometendo o ingresso de outros alunos em vagas que posteriormente ficarão ociosas.

A efetiva conclusão da formação como profissional de nível superior em 2003 expressa-se na colocação de 626.617 profissionais das diversas áreas no mercado de trabalho. Destes, 129.902 profissionais graduaram-se na área da Educação, sendo que 68.648 estudaram em uma instituição pública e 61.254 em uma instituição privada. A área em que mais alunos de Educação graduaram-se foi a de Ciências da Educação (67.642 graduados), seguida pela Formação de Professor de Matérias Específicas (30.264 graduados) (Anexo B – Tabela 7 e Gráfico 7).

A modalidade de educação a distância também vem crescendo como instrumento de formação de profissionais da Educação nas universidades públicas e privadas. No ano de 2004 foram ofertados 47 cursos nesta área, totalizando 25.270 matrículas em cursos de graduação a distância (Anexo B – Tabela 8).

Dos cursos de formação de professores oferecidos a distância, as instituições que mais ministram esta modalidade de ensino são: a Universidade Federal do Pará, com 7 cursos de Matemática; a Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, com 6 cursos diversificados (Artes, Biologia, Física, Língua/ Literatura Vernácula (Português), Matemática e Química); e a Universidade Estadual do Maranhão, com 5 cursos de formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental (Anexo B – Tabela 8).

No âmbito desta discussão, torna-se relevante analisar a formação dos professores que estão exercendo a sua profissão em escolas públicas federais, estaduais e municipais e privadas rurais e urbanas. As atividades de formação profissional destinadas a este grupo de docentes constituem atualmente o componente de maior dinamismo e produtividade dos últimos anos, tanto por parte dos pesquisadores como dos formadores.

Por um lado, o desenvolvimento profissional de professores abordado no âmbito deste ensaio parte da compreensão de que o conceito “desenvolvimento” tem sentido de evolução e continuidade, o que nos parece transcender a tradicional justaposição entre formação inicial e aperfeiçoamento dos professores. Por outro lado, o conceito “desenvolvimento profissional dos professores” pressupõe a análise na formação de professores que valorize o seu caráter contextual, organizacional e funcional, sendo também necessário articular-se o desenvolvimento profissional do professor ao perfil social deste na perspectiva de compreender melhor a experiência docente.

Observando os dados do Censo do Professor de 2003, identificam-se vários pontos relevantes que explicam e expõem aspectos importantes do perfil atual do professor de educação básica brasileira.

Ao tomar-se como referência os professores em exercício em todo o País (1.542.878), identifica-se que a maior parte deles (539.493) tem entre 35 e 44 anos. Do total de docentes atuando na educação básica, 1.306.635 são do sexo feminino e apenas 228.426, do sexo masculino. A análise de tais informações nos permite considerar a prevalência do sexo feminino em relação ao masculino neste nível de ensino, bem como inferir que há predominância de professores portadores de significativa experiência profissional, considerando-se a relação da faixa etária e idade provável de conclusão da graduação (Anexo C – Tabelas 1 e 2 e Gráficos 1 e 2).

A variável cultural que se reflete na predominância do sexo feminino no exercício profissional do ensino básico deve ser considerada, uma vez que revela traços sociais significativos da história educacional brasileira, marcada pelo papel da mulher no mercado de trabalho prioritariamente compreendido como “extensão do lar” (Schaffrath, 2000).

Quanto à situação funcional dos profissionais da educação, identifica-se que a

maior parte dos professores (1.367.118) realmente encontra-se exercendo a função de regente de sala de aula. Outros 256.048 profissionais vêm atuando conforme a seguinte distribuição: coordenador pedagógico (40.219), diretor (55.657), função administrativa (58.525), especialista (supervisor, orientador, administrador) (32.188), entre outras funções (Anexo C – Tabela 3 e Gráfico 3).

Considerando o contexto brasileiro de formação de professores, o foco principal da graduação em educação tem sido a preparação do estudante para exercer a função docente na sala de aula, centrada principalmente no domínio dos conteúdos científicos e culturais da área a ser lecionada.

Analisando-se este quadro por região, verifica-se que a Nordeste é a mais representativa em relação à atuação de professores como regentes de sala de aula (463.605), dado que ressalta a atenção no conhecimento e nas destrezas necessárias para o ensino; por outro lado, a região que menos conta com professores regentes de sala de aula é a Centro-Oeste (83.121) (Anexo C – Tabela 3 e Gráfico 3).

Os professores que atuam na docência¹¹ vêm trabalhando diretamente em três níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Identifica-se que a disciplina que mais possui professores é a Língua Portuguesa ou Literatura da Língua Portuguesa, chegando a um total de 183.310 docentes. Destes professores, 164.712 atuam na rede pública e 18.598 na rede privada. Em seqüência vêm as disciplinas de Matemática (155.747), História (131.451), Geografia (126.074), Ciências (93.697), Língua Inglesa (76.160), Educação Física (61.847), Biologia (32.446), Física (31.175) e, por fim, Química (29.281)¹² (Anexo C – Tabela 4 e Gráfico 4).

Tomando como base as disciplinas analisadas pelo Saeb 2003, dos 183.310 professores de Língua Portuguesa ou Literaturas de Língua Portuguesa e dos 155.747 de Matemática, a grande maioria encontra-se trabalhando nas Regiões Nordeste (67.517 em de Língua Portuguesa e 57.158 em Matemática) e Sudeste (62.679 em Língua Portuguesa e 52.209 em Matemática), e o restante nas outras regiões e Distrito Federal, sendo que a região que menos tem professores em sala de aula é a Centro-Oeste (com 12.390 professores em Língua Portuguesa e 10.032 em Matemática) (Anexo C – Tabela 4 e Gráfico 4).

Nessa perspectiva, pode-se entender que a atividade profissional do docente da educação básica centra-se em Língua Portuguesa e Matemática, cujas formações de professores têm dado ênfase a esse campo em detrimento de disciplinas como Física, Biologia e Química, que carecem de recursos humanos qualificados.

Em relação à média salarial dos professores, também é possível identificar diferenças consideráveis por grau de ensino e por região. A média geral de salário¹³ do professor brasileiro é de R\$ 527,44 para o segmento creche; R\$ 719,74 para o professor da pré-escola; R\$ 616,27 para o professor das classes de alfabetização; R\$ 680,20 para o professor do ensino fundamental (de 1ª a 4ª série); R\$ 854,56 para o professor do ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) e R\$ 1.059,80 para o professor do ensino médio. Numa análise por região, percebe-se que a Região Nordeste é a que paga os mais baixos salários aos seus professores da educação básica, e a do Sudeste, a que melhor paga seus docentes neste nível de ensino (Anexo C – Tabela 5 e Gráfico 5).

¹¹ Segundo o relatório do Censo de Professor 2003, o mesmo profissional pode exercer mais de uma função na mesma escola.

¹² Levantamento do número de profissionais, observando o curso de graduação concluído na área apresentada.

¹³ Considerando aqui o salário bruto (sem descontos), incluindo as gratificações, em reais, referentes ao mês de setembro de 2003, sem considerar a carga horária realizada pelo profissional.

Com base nos dados acima, verifica-se que a média salarial do professor reflete a forma de tratamento que algumas regiões têm dispensado àqueles que atuam no magistério, não sendo possível identificar ao longo da história uma política pertinente de cargos e salários.

No entanto, é importante destacar que a Constituição de 1988 pode ser entendida como marco determinante na definição de projeto de educação para o País. Também no que se refere ao magistério, manifesta preocupação com as condições dignas de salário e de exercício profissional.

Ao estabelecer o princípio da valorização dos profissionais de ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, além de assegurar regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União, a Constituição Federal (art. 206, inciso V) aponta possibilidades para a criação de estratégias e políticas indutoras de valorização do magistério.

A preocupação com a formulação de política de valorização do magistério tem estado presente na pauta das discussões mais frequentes do poder público e da sociedade como um todo. Neste contexto de discussão, algumas ações têm contribuído sobremaneira, tais como os seguintes documentos: Referenciais para a Formação de Professores (1998); Plano Nacional de Educação (2001); Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior (MEC/CNE, maio/2001); Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (2005).

A política de formação para o magistério apóia-se na premissa de que a melhoria da qualidade da educação brasileira depende, em grande parte, da melhoria da qualidade do trabalho do professor. Essa valorização exige melhores salários e condições para o exercício docente e formação profissional adequada à área de atuação.

Do total de 1.542.878 professores participantes do Censo 2003 que atuam no ensino básico, a grande maioria dos profissionais (1.016.468) revelou ter formação em nível superior sem licenciatura e 75.223 afirmaram possuir formação superior com licenciatura. Dos respondentes, 320.832 têm formação em nível médio com magistério, e 23.871 têm formação em nível médio sem magistério. Apenas 17.590 dos professores participantes do Censo informaram ter formação em nível fundamental (Anexo C – Tabela 6 e Gráfico 6).

Apresentando essa relação por região, é possível identificar que a Sudeste é a que mais tem professores atuando na educação básica com formação em nível superior com licenciatura (28.821); ela conta também com 433.281 professores sem licenciatura. Em segundo lugar aparece a Região Nordeste, com 23.469 profissionais com licenciatura e 264.723 sem licenciatura. Seguindo esta mesma relação, a Região Sul tem 11.095 professores com ensino superior com licenciatura e 179.736 sem licenciatura. A Região Norte tem maior número de professores com licenciatura (7.219) em relação à Centro-Oeste (4.629) (Anexo C – Tabela 6 e Gráfico 6).

O movimento em prol da qualificação do professor da educação básica, exigida pela LDB (Lei nº 9.394/96), vem se efetivando no País, tal como sinalizam as informações quanto ao número de profissionais do magistério da educação básica por nível de curso que freqüentavam no ano de 2003. Tomando esse ponto como referência, identificou-se ainda haver um total de 43.207 professores cursando o ensino médio, no entanto um número crescente de 253.857 professores participava de curso superior com licenciatura (Anexo C – Tabela 7 e Gráfico 7).

Como permite perceber, o desenvolvimento profissional é processo permanente de investigação e formação. Neste desiderato, a reflexão assume papel de destaque, porquanto deixa de ser uma mera atividade de análise técnica ou prática para incorporar um “compromisso ético e social de procura de práticas

educativas e sociais mais justas e democráticas”, sendo os professores sujeitos comprometidos com seu tempo (Garcia, 1998, p. 44).

Constata-se que as instituições de ensino e os órgãos públicos, cientes da importância das atividades de formação continuada para os profissionais do magistério, empenham-se em promover, por meio de cursos, seminários e outros, atitude reflexiva quanto aos aspectos relativos ao ensino e à aprendizagem. Verifica-se ainda que há aceitação significativa por parte dos professores às iniciativas propostas de formação, o que pode ser comprovado com os dados referentes à participação de docentes em cursos desta natureza.

No ano de 2003, identificou-se que 701.516 professores participaram de alguma atividade ou curso de formação continuada, sendo 573.901 na modalidade presencial, 82.856 a distância e 44.759 na semi-presencial. Essas atividades foram realizadas por diversas instituições, nas quais o MEC promoveu a capacitação de 142.568 professores; as Instituições de Ensino Superior privadas capacitaram 432.402 profissionais do magistério da educação básica e as Secretarias Municipais de Educação promoveram a capacitação de 277.634 professores; as Instituições de Ensino Superior públicas capacitaram 95.422 profissionais do magistério da educação básica; as Secretarias Estaduais de Educação promoveram a capacitação de 88.238 professores; as ONGs capacitaram 58.797 profissionais do magistério da educação básica; as próprias escolas promoveram a capacitação de 22.698 professores e os sindicatos capacitaram 18.572 profissionais do magistério da educação básica em todo o País pelo Censo de 2003 (Anexo C – Tabelas 8 e 9 e Gráficos 8 e 9).

Ao avaliar essas atividades de formação continuada quanto à qualidade da capacitação, 633.891 (83,1%) professores consideraram que essas ações foram boas ou excelentes, 62.620 (8,2%) consideraram-nas

regulares e 6.132 (0,8%), ruins ou péssimas. Quanto à qualidade da formação para a melhoria da sua prática, 619.005 (81,2%) professores consideraram que essas ações foram boas ou excelentes, 62.977 (8,2%) consideraram-nas regulares e 5.946 (0,8%), ruins ou péssimas (Anexo C – Tabelas 10 e 11 e Gráficos 10 e 11).

As ações técnico-pedagógicas desencadeadas pelos cursos de formação continuada consolidaram aprendizagens na visão dos partícipes. É oportuno destacar que a adesão aos programas de formação de professores demonstra sua relevância, na medida em que eles têm conseguido ultrapassar os pressupostos de racionalidade técnica que até então tem predominado nesse tipo de formação.

Considerando que a experiência docente é dado relevante a ser considerado na busca de ensino de qualidade, que a formação continuada deve ser projeto percorrido ao longo da carreira, desde a formação inicial ao desenvolvimento profissional contínuo, as ações desenvolvidas nesta direção devem estar preferencialmente dirigidas a este perfil docente delineado que atua na educação básica brasileira.

Outro aspecto importante a ser considerado na discussão sobre a formação do professor é o tempo de trabalho desenvolvido em sala de aula, espaço onde são consolidadas experiências e aprendizagens, significando isto que a aprendizagem dos alunos deve estar adaptada ao contexto em que se realiza.

Identificou-se que, do total de 1.280.219 professores que responderam a esta questão no Censo 2003, 177.919 (13,9%) têm menos de 10 horas semanais dedicadas exclusivamente a atividades em sala de aula; 587.187 (45,9%) têm entre 11 e 20 horas em docência; 283.089 (22,2%), entre 21 e 30 horas; 205.837 (16,1%), entre 31 e 40 horas; e 26.187 (2%) chegam a ter mais de 40 horas semanais dedicadas exclusivamente à sala de aula (Anexo C – Tabela 12 e Gráfico 12).

Os dados analisados acima sugerem a existência de distribuição irregular na carga horária do professor em sala de aula. Considerando que a escola é lugar de formação profissional, no qual surgem e se resolvem os problemas relativos ao ensino e a aprendizagem, o tempo destinado às atividades vivenciadas na sala de aula propicia maior engajamento de professores e alunos no cotidiano da escola.

CONCLUSÃO

Ao término da apresentação desta reflexão, cabe argumentar sobre o papel e a importância do ensino superior e a formação dos professores no atendimento da demanda da educação básica, no intuito de reforçar pensamentos explicitados ao longo deste ensaio.

O Sistema de Ensino Superior Brasileiro não pode ignorar os problemas que vivencia e cujo ponto marcante ocorreu com a Reforma Universitária de 1968. As implicações dessas tensões históricas refletem-se nos demais níveis do sistema educacional, sendo, portanto, o ângulo decisivo para a consideração da problemática em questão.

Ao reportar-se aos aspectos desafiadores da educação superior, mais especificamente à expansão com qualidade e responsabilidade e à necessidade de aperfeiçoar a política de financiamento de estudos e pesquisas, depara-se com a imprescindibilidade da formulação de uma política educacional que não se apresente isolada da sociedade brasileira, mas represente para todos via de acesso às oportunidades educacionais.

Acredita-se que o projeto da reforma universitária deverá suscitar transformações sociais. Neste particular, comunga-se com a idéia de que não basta alterar aspectos técnicos, didáticos e organizacionais da educação superior, mas sim pensá-la como condutora de projeto de desenvolvimento nacional.

A partir dos dados do Saeb 2003 analisados neste trabalho, verifica-se a permanência dos baixos níveis de desempenho dos alunos da educação básica, constatados nos testes de Português e Matemática realizados nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio.

Os órgãos coordenadores e executores das políticas dirigidas à educação básica reconhecem que atualmente existem fatores extra e intra-escolares que são decisivos para o alcance do sucesso do aluno. Medidas vêm sendo empregadas no sentido de diagnosticar, acompanhar e favorecer o contexto socioinstitucional em que as aprendizagens se escolares realizam.

Cabe considerar que o envolvimento da comunidade escolar no recebimento e entendimento das informações e dados fornecidos pelos testes e estatísticas é decisivo na busca de melhoria do quadro educacional. Na verdade, para compreender os níveis de qualidade do sistema educacional, faz-se necessário um olhar atento dos envolvidos sobre a dinâmica do processo educativo, a fim de que os resultados sejam qualificados, permitindo o planejamento de ações de melhoria a serem efetivadas na própria escola.

Como permite perceber a discussão acima, o professor destaca-se, pois é o profissional capaz de compreender e tratar de forma adequada os resultados que expressam a qualidade do trabalho realizado pela escola. Essa reflexão comporta preocupação direcionada à formação docente.

É importante lembrar que os programas de formação docente devem estar permanentemente atentos em relação à aplicabilidade das aprendizagens efetuadas pelos professores no âmbito escolar e, conseqüentemente, à qualidade do ensino que os alunos recebem. Esta relação não se manifesta diretamente, pois a prática pedagógica não se processa num *vazio conceitual*. Com efeito, expressa a

vontade política de refletir e interferir sobre determinada realidade num modo contínuo de pensamento-ação-reflexão.

Neste contexto, avaliar a pertinência dos modelos teóricos adotados na formação docente inicial e continuada torna-se importante e necessário, considerando a diversidade e a complexidade do fenômeno educativo.

Aproximar os modelos teóricos, amplamente conhecidos na literatura e nos cenários educacionais, à prática escolar e à pessoa do professor torna-se imprescindível, pois *aprender a ensinar* é processo de transformação, e não só de aquisição de novos conhecimentos e aptidões. Isto implica que os cursos devem estar centrados no contexto da escola e nas necessidades intelectuais dos professores, a fim de contribuir para o aprimoramento da competência deste profissional.

A orientação teórico-crítica destaca a responsabilidade dos docentes para com seus alunos e a sociedade, desafiando os formadores de professores a apoiarem-nos na construção de práticas pedagógicas comprometidas com os princípios e valores sociais.

Conhecer o perfil do docente da educação básica neste contexto proporciona o entendimento de alguns aspectos problemáticos de sua formação. Relativamente aos cursos de formação de profissionais da educação, pode-se afirmar que há número expressivo de profissionais no exercício do magistério cuja faixa etária concentra-se entre 35 e 44 anos, sendo que a maior parte na função de regente de sala de aula. Esse professor, na sua maioria do sexo feminino, não possui salário condigno e competitivo no mercado de trabalho nem formação profissional que lhe tenha assegurado o desenvolvimento da pessoa do educador como cidadão e profissional.

Vale registrar a sensibilidade dos gestores para a formação continuada destes professores, bem como a adoção significativa

destes aos cursos promovidos. Sobre este ponto, cabe sublinhar que a valorização do magistério depende, da parte do Poder Público, da garantia das condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração e, da parte dos profissionais do magistério, o efetivo desempenho no exercício de suas funções.

Diante desse quadro, observa-se o papel assumido pelo Estado, que vem exercendo tanto a posição de definidor de políticas quanto de avaliador de resultados. Essas considerações permitem asseverar que as definições e as avaliações de políticas públicas no campo da educação devem envolver mais efetivamente os diferentes segmentos da sociedade civil, na medida em que isto possibilita o exercício da autonomia e da cooperação.

No que se refere especificamente aos cursos de educação ofertados pelas IES públicas e privadas, e de acordo com os dados analisados, pode-se afirmar que há descompasso entre oferta e demanda. Percebe-se expressivo número de vagas ofertadas, 25% dos cursos presenciais de todo o País, e, no entanto, apenas 57,1% do total de vagas existentes são preenchidas, o que pode ser traduzido em significativo número de vagas ociosas. Nesse processo, é importante reconhecer a inexistência de pesquisas que gerem informações sistematizadas sobre as razões pelas quais estas vagas permanecem ociosas.

É forçoso reconhecer que serão necessárias muitas inflexões de rumos – salário docente compatível com a tarefa desempenhada, aumento de prestígio social da profissão, melhores condições de trabalho, tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula, entre outros de igual relevância –, para que o País consiga transformar o cenário educacional considerando os muitos caminhos a serem percorridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação para todos: caminhos para a mudança*. Brasília, ago.1985.

CUNHA, Luiz Antônio. *Qual universidade?* São Paulo: Cortez, 1989.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Resultados do Saeb 2003*. Relatório final da Secretaria de Avaliação e Informação Educacional. Brasília: Inep, 2003.

_____. *Sinopse do Ensino Superior-2004*. Relatório final da Secretaria de Avaliação e Informação Educacional. Brasília: Inep, 2004.

_____. *Sinopse do Censo do Professor 2003*. Relatório final. Brasília: Inep, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes (Org.). *A Universidade em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Lisboa: Porto Editora, 1998.

O PESO da regulação. *Revista Aprender*, ano 4, n. 12, 27 dez. 2005.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. A profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. *Anais...* Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/23/23reuan.htm>.

TRAMONTIN, Ronald et al. *Ensino superior: perspectivas para a década de 1990*. Brasília: Conselho de Educação e Cultura do Ceará (CEC) CEC/PLAN/PEA, 1990.

VIEIRA, Sofia Lerche. *O discurso da reforma universitária*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Proed, 1982.

ANEXOS

Anexo A – Estatísticas referentes aos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (2003)

**Tabela 1 – Médias de desempenho – Brasil, Regiões e Estados (2001 e 2003)
4ª série do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa**

	2001	2003	Diferença	Sig.
BRASIL	165,1	169,4	4,3	*
NORTE	156,9	158,8	1,9	
Rondônia	160,5	160,0	- 0,5	
Acre	148,7	159,1	10,4	**
Amazonas	162,4	162,9	0,5	
Roraima	157,0	158,3	1,3	
Pará	156,5	156,8	0,3	
Amapá	155,8	155,0	- 0,2	
Tocantins	147,0	161,1	13,4	**
NORDESTE	146,9	152,3	5,3	*
Maranhão	146,7	148,4	1,7	
Piauí	152,0	153,2	1,2	
Ceará	145,1	152,5	7,4	
Rio Grande do Norte	142,4	149,8	7,4	**
Paraíba	155,9	151,0	- 4,9	
Pernambuco	149,1	157,1	8,0	**
Alagoas	148,1	151,2	3,1	
Sergipe	149,6	160,0	10,4	*
Bahia	143,5	151,4	7,9	**
SUDESTE	178,8	181,7	2,9	
Minas Gerais	176,4	183,0	6,6	
Espírito Santo	170,2	175,1	4,9	
Rio de Janeiro	179,8	183,8	4,0	
São Paulo	180,4	180,9	0,5	
SUL	175,9	178,5	2,5	
Paraná	173,1	175,2	2,1	
Santa Catarina	176,6	179,6	3,0	
Rio Grande do Sul	178,7	181,2	2,5	
CENTRO-OESTE	164,4	172,5	8,1	*
Mato Grosso do Sul	156,7	165,4	8,6	*
Mato Grosso	152,2	159,4	7,2	**
Goiás	167,3	175,3	8,0	**
Distrito Federal	185,6	193,0	7,4	

Fonte: MEC / Inep / Daeb

* Diferença significativa por procedimentos estatísticos mais rigorosos.

** Diferença significativa por procedimentos estatísticos menos rigorosos.

Tabela 2 – Médias de desempenho – Brasil, Regiões e Estados (2001 e 2003)
4ª série do Ensino Fundamental – Matemática

	2001	2003	Diferença	Sig.
BRASIL	176,3	177,1	0,9	
NORTE	163,6	163,4	-0,2	
Rondônia	170,9	169,4	-1,5	
Acre	153,6	160,3	6,7	**
Amazonas	167,8	167,9	0,1	
Roraima	168,8	164,7	-4,0	
Pará	161,8	160,0	-1,8	
Amapá	160,0	161,9	1,9	
Tocantins	160,7	166,6	5,9	
NORDESTE	158,7	159,5	0,8	
Maranhão	155,4	155,5	0,1	
Piauí	162,2	159,0	-3,2	
Ceará	154,1	159,9	5,8	
Rio Grande do Norte	156,5	157,3	0,8	
Paraíba	165,7	159,6	-6,0	
Pernambuco	159,1	161,1	2,1	
Alagoas	159,7	155,5	-4,2	
Sergipe	164,9	16,4	1,5	
Bahia	159,6	161,2	1,6	
SUDESTE	189,8	190,3	0,5	
Minas Gerais	190,4	195,8	5,5	
Espírito Santo	185,5	182,7	-2,8	
Rio de Janeiro	187,2	193,0	5,8	
São Paulo	190,8	187,1	-3,6	
SUL	188,1	186,7	-1,4	
Paraná	187,3	183,1	-4,1	
Santa Catarina	191,0	189,5	-1,5	
Rio Grande do Sul	187,5	188,8	1,3	
CENTRO-OESTE	175,7	180,2	4,4	**
Mato Grosso do Sul	167,7	173,0	5,3	**
Mato Grosso	16,1	170,3	4,2	
Goiás	177,3	181,7	4,4	
Distrito Federal	197,5	199,8	2,3	

Fonte: MEC / Inep / Daeb

* Diferença significativa por procedimentos estatísticos mais rigorosos.

** Diferença significativa por procedimentos estatísticos menos rigorosos.

**Tabela 3 – Médias de desempenho – Brasil, Regiões e Estados (2001 e 2003)
8ª série do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa**

	2001	2003	Diferença	Sig.
BRASIL	235,2	232,0	-3,2	
NORTE	229,2	224,9	-4,3	
Rondônia	237,4	223,4	-14,0	*
Acre	222,5	226,0	3,4	
Amazonas	221,2	221,0	-0,2	
Roraima	229,4	237,9	8,4	
Pará	235,7	227,5	-8,2	**
Amapá	232,5	234,7	2,2	
Tocantins	227,9	222,4	-5,5	
NORDESTE	221,6	222,4	0,7	
Maranhão	215,6	219,4	3,8	
Piauí	228,9	223,5	-5,3	
Ceará	219,6	221,0	1,4	
Rio Grande do Norte	228,2	221,0	-7,2	**
Paraíba	224,0	221,5	-3,1	
Pernambuco	217,8	220,3	2,5	
Alagoas	211,6	215,0	-1,0	
Sergipe	226,5	221,9	-4,6	
Bahia	225,9	228,9	3,0	
SUDESTE	240,3	235,5	-4,8	
Minas Gerais	242,5	232,1	-10,5	**
Espírito Santo	240,6	231,3	-9,3	**
Rio de Janeiro	247,4	240,1	-7,3	
São Paulo	237,2	236,3	-0,9	
SUL	246,4	242,3	-4,0	
Paraná	240,5	238,3	-2,2	
Santa Catarina	245,9	242,5	-3,4	
Rio Grande do Sul	252,4	246,1	-6,3	
CENTRO-OESTE	237,2	234,7	-2,5	
Mato Grosso do Sul	244,8	239,4	-5,4	
Mato Grosso	231,9	224,7	-7,2	**
Goiás	232,3	236,4	4,1	
Distrito Federal	249,1	240,0	-9,1	

Fonte: MEC / Inep / Daeb

* Diferença significativa por procedimentos estatísticos mais rigorosos.

** Diferença significativa por procedimentos estatísticos menos rigorosos.

**Tabela 4 – Médias de desempenho – Brasil, Regiões e Estados (2001 e 2003)
8ª série do Ensino Fundamental – Matemática**

	20 01	2003	Diferença	Sig.
BRASIL	243,4	245,0	1,6	
NORTE	231,9	229,3	-2,5	
Rondônia	240,7	233,6	-7,1	**
Acre	223,1	229,1	6,1	
Amazonas	226,3	225,8	-0,5	
Roraima	234,6	242,6	8,0	
Pará	235,5	230,9	-4,5	
Amapá	231,8	232,5	0,7	
Tocantins	232,3	226,2	-6,1	
NORDESTE	228,8	230,4	1,6	
Maranhão	223,1	221,5	-1,6	
Piauí	239,6	238,6	-1,0	
Ceará	226,2	228,2	2,0	
Rio Grande do Norte	233,7	232,6	-1,1	
Paraíba	232,0	227,5	-4,6	
Pernambuco	226,0	230,1	4,1	
Alagoas	225,5	228,0	2,5	
Sergipe	231,6	233,7	2,1	
Bahia	232,3	235,9	3,6	
SUDESTE	249,7	252,3	2,6	
Minas Gerais	254,9	250,8	-4,2	
Espírito Santo	246,4	245,5	-0,9	
Rio de Janeiro	251,5	252,6	1,1	
São Paulo	247,1	253,6	6,5	
SUL	255,3	258,5	3,2	
Paraná	247,4	258,2	10,7	**
Santa Catarina	260,1	257,3	-2,9	
Rio Grande do Sul	260,4	259,6	-0,8	
CENTRO-OESTE	244,8	246,3	1,5	
Mato Grosso do Sul	250,8	252,8	2,0	
Mato Grosso	239,0	236,8	-2,2	
Goiás	240,3	245,1	4,8	
Distrito Federal	257,6	257,7	0,2	

Fonte: MEC / Inep / Daeb

* Diferença significativa por procedimentos estatísticos mais rigorosos.

** Diferença significativa por procedimentos estatísticos menos rigorosos.

Tabela 5 – Médias de desempenho – Brasil, Regiões e Estados (2001 e 2003)
3ª série do Ensino Médio – Língua Portuguesa

	2001	2003	Diferença	Sig.
BRASIL	262,3	266,7	4,3	**
NORTE	247,8	250,9	3,1	
Rondônia	260,7	260,1	-0,5	
Acre	247,0	263,1	16,1	
Amazonas	240,8	253,7	12,9	
Roraima	240,6	257,1	16,5	**
Pará	253,1	248,7	-4,4	
Amapá	252,5	259,2	6,7	
Tocantins	237,4	235,2	-2,1	
NORDESTE	248,8	255,9	7,1	**
Maranhão	246,1	265,1	19,0	*
Piauí	258,8	259,0	0,2	
Ceará	254,0	262,8	8,8	
Rio Grande do Norte	245,1	252,4	7,2	
Paraíba	244,1	250,6	6,5	
Pernambuco	245,0	253,1	8,0	
Alagoas	246,7	255,5	8,9	
Sergipe	248,2	253,0	4,8	
Bahia	250,0	253,0	3,0	
SUDESTE	267,2	271,5	4,3	
Minas Gerais	266,5	273,1	6,5	
Espírito Santo	265,8	269,9	4,1	
Rio de Janeiro	272,5	279,2	6,6	
São Paulo	266,1	268,6	2,5	
SUL	271,6	276,8	5,3	
Paraná	260,5	269,3	8,8	
Santa Catarina	-	-	-	
Rio Grande do Sul	285,4	285,9	0,5	
CENTRO-OESTE	269,6	270,3	0,8	
Mato Grosso do Sul	275,1	273,9	-1,2	
Mato Grosso	266,4	268,0	1,6	
Goiás	261,9	266,2	4,3	
Distrito Federal	282,9	278,0	-4,8	

Fonte: MEC / Inep / Daeb

* Diferença significativa por procedimentos estatísticos mais rigorosos.

** Diferença significativa por procedimentos estatísticos menos rigorosos.

Tabela 6 – Médias de desempenho – Brasil, Regiões e Estados (2001 e 2003)
3ª série do Ensino Médio – Matemática

	2001	2003	Diferença	Sig.
BRASIL	276,7	278,7	2,0	
NORTE	255,1	258,0	2,9	
Rondônia	275,2	271,6	-3,6	
Acre	258,4	274,5	16,1	
Amazonas	243,8	255,5	11,7	**
Roraima	253,0	262,2	9,2	
Pará	259,3	257,4	-1,9	
Amapá	255,6	269,8	14,2	
Tocantins	255,0	246,6	-8,5	
NORDESTE	264,1	266,1	2,0	
Maranhão	257,1	271,0	13,9	**
Piauí	270,7	268,5	-2,1	
Ceará	266,7	271,2	4,5	
Rio Grande do Norte	259,1	260,5	1,4	
Paraíba	265,9	261,5	-4,4	
Pernambuco	260,4	264,5	4,1	
Alagoas	261,3	263,0	1,7	
Sergipe	267,0	259,2	-7,9	
Bahia	267,6	266,3	-1,3	
SUDESTE	280,2	283,8	3,6	
Minas Gerais	280,3	291,7	11,4	
Espírito Santo	280,5	282,7	2,2	
Rio de Janeiro	280,9	282,6	1,8	
São Paulo	279,9	281,1	1,1	
SUL	293,2	296,1	2,9	
Paraná	280,0	291,5	11,6	
Santa Catarina	-	-	-	
Rio Grande do Sul	309,9	301,7	-8,2	
CENTRO-OESTE	285,1	279,6	-5,5	
Mato Grosso do Sul	288,5	286,5	-2,0	
Mato Grosso	280,0	272,5	-7,5	
Goiás	280,1	272,9	-7,2	
Distrito Federal	295,8	294,3	-1,6	

Fonte: MEC / Inep / Daeb

* Diferença significativa por procedimentos estatísticos mais rigorosos.

** Diferença significativa por procedimentos estatísticos menos rigorosos.

Anexo B – Estatísticas referentes à Sinopse do Censo
da Educação Superior (2004)

**Tabela 1 – Número de Instituições de Ensino Superior
(Brasil – 2004)**

Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Total Geral		
	Total	Capital	Interior
Brasil	2.013	719	1.294
Pública	224	80	144
Federal	87	53	34
Estadual	75	27	48
Municipal	62	–	62
Privada	1.789	639	1.150
Particular	1.401	505	896
Comun/Confes/Filant	388	134	254
Norte	118	81	37
Nordeste	344	188	156
Sudeste	1.001	273	728
Sul	335	76	259
Centro -Oeste	215	101	114

Fonte: MEC/ Inep /Deaes.

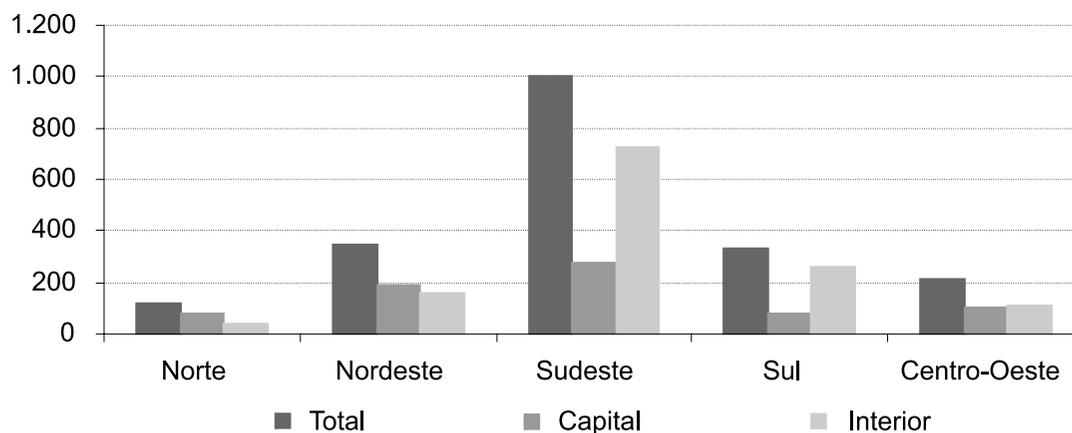


Gráfico 1 – Número de Instituições de Ensino Superior, por Região do País (Brasil – 2004)

Tabela 2 – Número de Docentes do Ensino Superior em Exercício por Nível de Formação (Brasil – 2004)

Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Total					
	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Brasil	279.058	165	38.302	83.496	98.664	58.431
Pública	93.800	54	13.909	17.599	25.716	36.522
Federal	50.337	18	8.996	6.156	13.410	21.757
Estadual	35.866	35	4.100	8.313	9.675	13.743
Municipal	7.597	1	813	3.130	2.631	1.022
Privada	185.258	111	24.393	65.897	72.948	21.909
Particular	103.582	80	13.469	41.662	38.897	9.474
Comun/Confes/Filant	81.676	31	10.924	24.235	34.051	12.435
Norte	13.128	2	1.938	5.412	4.215	1.561
Nordeste	46.097	30	7.127	15.519	15.857	7.564
Sudeste	139.479	74	19.615	37.265	48.173	34.352
Sul	56.479	57	5.921	16.686	22.413	11.402
Centro-Oeste	23.875	2	3.701	8.614	8.006	3.552

Fonte: MEC/ Inep /Deaes.

Nota: O mesmo professor pode exercer funções docentes em uma ou mais instituições.

CET/FaT – Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia

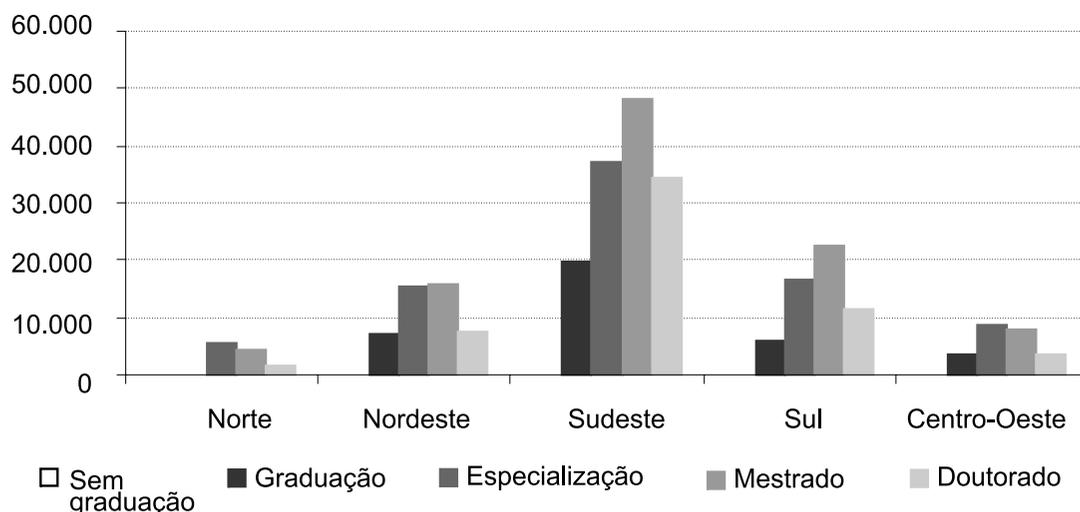
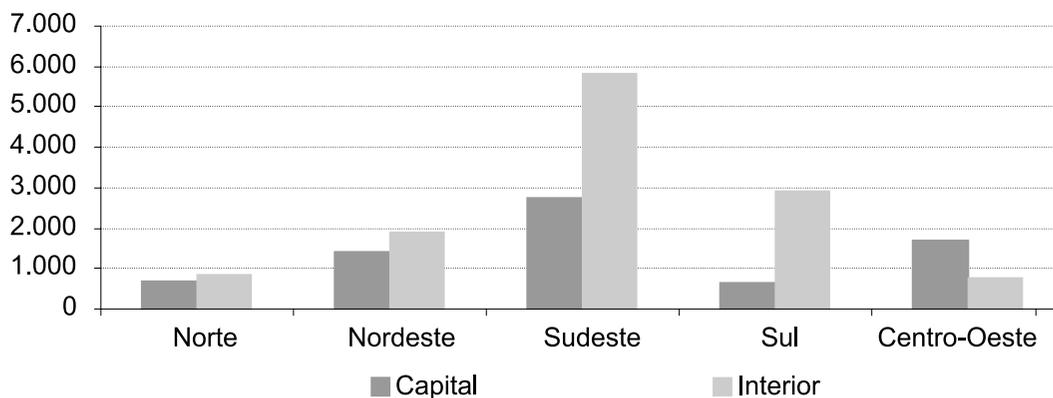


Gráfico 2 – Nível de Formação dos Docentes do Ensino Superior em Exercício, por Região do País (Brasil – 2004)

**Tabela 3 – Número de Cursos de Graduação Presenciais
(Brasil – 2004)**

Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Total Geral		
	Total	Capital	Interior
Brasil	18.644	6.273	12.371
Pública	6.262	1.731	4.531
Federal	2.450	1.272	1.178
Estadual	3.294	449	2.845
Municipal	518	10	508
Privada	12.382	4.542	7.840
Particular	7.391	2.940	4.451
Comun/Confes/Filant	4.991	1.602	3.389
Norte	1.527	678	849
Nordeste	3.318	1.427	1.891
Sudeste	8.545	2.732	5.813
Sul	3.561	647	2.914
Centro -Oeste	1.693	789	904

CET/FaT – Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia



**Gráfico 3 – Cursos de Graduação Presenciais, por Região do País
(Brasil – 2004)**

Tabela 4 – Número de Cursos de Graduação Presenciais por Áreas Gerais (Brasil – 2004)

Áreas Gerais	Total	%	Pública			Privada	
			Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/Confes/Filant
Brasil	18.644	100	2.450	3.294	518	7.391	4.991
Ciências sociais, negócios e direito	5.169	27,72	410	294	143	2.843	1.479
Educação	4.580	24,56	472	1.817	88	1.304	899
Ciências, matemática e computação	2.634	14,13	504	373	84	953	720
Saúde e bem estar social	2.196	11,78	250	192	75	914	765
Humanidades e artes	1.588	8,52	287	307	55	451	488
Engenharia, produção e construção	1.386	7,43	360	174	55	404	393
Serviços	676	3,63	40	31	9	422	174
Agricultura e veterinária	415	2,23	127	106	9	100	73

Fonte: MEC/ Inep /Deaes.

CET/FAT – Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia

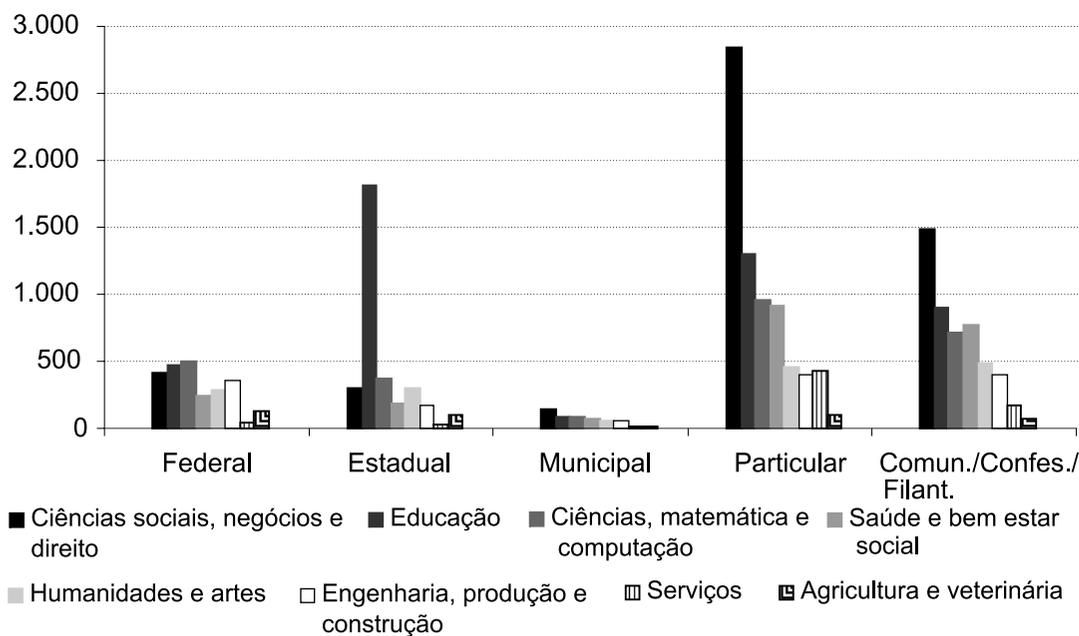


Gráfico 4 – Número de Cursos de Graduação Presenciais por Áreas Gerais (Brasil - 2004)

Tabela 5 – Número de Cursos de Graduação Presenciais da Área Geral da Educação segundo as Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos (Brasil – 2004)

(continua)

Áreas Gerais	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/ Confes/ Filant
Educação	4.580	472	1.817	88	1.304	899
Ciências da educação	1.459	156	472	38	473	320
Administração educacional	5	–	–	–	4	1
Ciência da Educação	3	–	1	–	2	–
Educação especial	1	–	–	–	–	1
Educação infantil	1	–	–	–	–	1
Educação organizacional	1	–	–	–	–	1
Pedagogia	1.446	156	471	38	467	314
Psicopedagogia	2	–	–	–	–	2
Formação de professor da educação básica	984	58	389	4	360	173
Formação de professor das séries finais do ensino fundamental	1	–	–	–	1	–
Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental	124	9	105	1	5	4
Formação de professor de educação artística para educação básica	2	–	–	–	2	–
Formação de professor de educação física para educação básica	2	–	–	–	1	1
Formação de professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	20	1	9	–	1	9
Formação de professor do ensino fundamental	74	5	68	–	–	1
Formação de professor do ensino médio	13	3	8	–	1	1
Formação de professor para a educação básica	54	31	7	1	4	11
Normal superior	694	9	192	2	345	146
Formação de professor de disciplinas profissionais	253	31	81	8	67	66
Formação de professor de agronomia	3	1	2	–	–	–
Formação de professor de artes (educação artística)	24	4	5	1	8	6
Formação de professor de artes plásticas	3	2	–	–	–	1
Formação de professor de artes visuais	5	–	2	–	2	1

Tabela 5 – Número de Cursos de Graduação Presenciais da Área Geral da Educação segundo as Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos (Brasil – 2004)

(continuação)

Áreas Gerais	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/ Confes/ Filant
Formação de professor de computação (informática)	39	2	17	2	9	9
Formação de professor de dança	2	–	1	–	1	–
Formação de professor de disciplinas do setor primário (agricultura, pecuária, etc)	3	2	–	–	–	1
Formação de professor de disciplinas do setor secundário (indústria)	1	–	–	–	1	–
Formação de professor de disciplinas profissionalizantes do ensino médio	18	4	2	1	4	7
Formação de professor de educação física	134	12	45	3	40	34
Formação de professor de enfermagem	1	–	–	–	–	1
Formação de professor de música	13	3	4	1	2	3
Formação de professor de nutrição e dietética	1	–	–	–	–	1
Formação de professor de teatro (artes cênicas)	5	1	2	–	–	2
Formação de professor em ciências ambientais	1	–	1	–	–	–
Formação de professor de educação infantil	20	9	–	–	3	8
Formação de professor de educação infantil	20	9	–	–	3	8
Formação de professor de matérias específicas	1.862	217	875	38	401	331
Formação de professor de biologia	159	24	58	2	44	31
Formação de professor de ciências	279	21	154	10	36	58
Formação de professor de desenho	1	–	1	–	–	–
Formação de professor de educação religiosa	2	–	1	–	–	1
Formação de professor de estudos sociais	26	1	–	–	13	12
Formação de professor de filosofia	23	–	3	–	5	15
Formação de professor de física	62	14	29	1	7	11
Formação de professor de geografia	202	17	113	2	43	27
Formação de professor de história	228	15	131	5	42	35

Tabela 5 – Número de Cursos de Graduação Presenciais da Área Geral da Educação segundo as Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos (Brasil – 2004)

(conclusão)

Áreas Gerais	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/ Confes/ Filant
Formação de professor de letras	421	34	164	8	138	77
Formação de professor de língua/literatura estrangeira clássica	1	–	1	–	–	–
Formação de professor de língua/literatura estrangeira moderna	31	1	28	–	1	1
Formação de professor de língua/literatura vernácula (português)	57	8	46	–	2	1
Formação de professor de língua/literatura vernácula e língua estrangeira moderna	11	1	5	–	2	3
Formação de professor de matemática	272	65	101	6	57	43
Formação de professor de matérias pedagógicas	3	–	1	–	1	1
Formação de professor de psicologia	1	–	–	–	–	1
Formação de professor de química	76	13	39	4	9	11
Formação de professor de sociologia	1	1	–	–	–	–
Formação de professor em ciências sociais	6	2	–	–	1	3
Formação de professor e ciências da educação (cursos gerais)	2	1	–	–	–	1
Educação e comunicação	2	1	–	–	–	1

Fonte: MEC/ Inep /Deaes.

CET/FAT – Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia

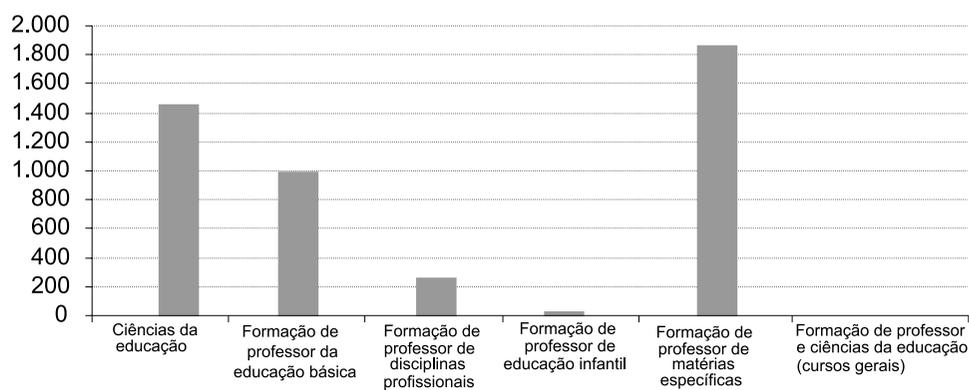


Gráfico 5 – Número de Cursos de Graduação Presenciais por Áreas Detalhadas dentro da Área Geral da Educação (Brasil – 2004)

Tabela 6 – Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos nos processos seletivos para o Ensino Superior, segundo Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos da Área Geral de Educação (Brasil – 2004)

(continua)

Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	Total		
	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Brasil	2.320.421	5.053.992	1.303.110
Programas ou Cursos Gerais	1.290	13.262	1.221
Educação	342.201	489.887	182.157
Ciências da educação	153.530	231.317	82.773
Administração educacional	320	93	65
Ciência da Educação	370	211	108
Educação especial	-	-	-
Educação infantil	50	24	17
Educação organizacional	50	53	47
Pedagogia	152.540	230.722	82.464
Psicopedagogia	200	214	72
Formação de professor da educação básica	67.792	47.478	25.211
Formação de professor das séries finais do ensino fundamental	120	-	-
Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental	1.917	2.118	1.015
Formação de professor de educação artística para educação básica	440	280	216
Formação de professor de educação física para educação básica	310	591	203
Formação de professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	1.136	774	388
Formação de professor do ensino fundamental	2.528	6.511	2.444
Formação de professor do ensino médio	448	988	374
Formação de professor para a educação básica Normal superior	2.470	3.343	1.321
	58.423	32.873	19.250
Formação de professor de disciplinas profissionais	19.894	37.381	12.162
Formação de professor de agronomia	100	308	102
Formação de professor de artes (educação artística)	969	2.036	723
Formação de professor de artes plásticas	97	203	71
Formação de professor de artes visuais	270	526	103
Formação de professor de computação (informática)	2.045	4.313	992
Formação de professor de dança	70	75	18
Formação de professor de disciplinas do setor primário (agricultura, pecuária, etc)	164	588	102
Formação de professor de disciplinas do setor secundário (indústria)	120	-	-
Formação de professor de disciplinas profissionalizantes do ensino médio	2.154	1.268	976
Formação de professor de educação física	12.949	26.152	8.562
Formação de professor de enfermagem	-	-	-
Formação de professor de música	506	1.121	236
Formação de professor de nutrição e dietética	120	163	65
Formação de professor de teatro (artes cênicas)	290	374	172
Formação de professor em ciências ambientais	40	254	40

Tabela 6 – Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos nos processos seletivos para o Ensino Superior, segundo Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos da Área Geral de Educação (Brasil – 2004)

(conclusão)

Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	Total		
	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Formação de professor de educação infantil	1.071	620	154
Formação de professor de educação infantil	1.071	620	154
Formação de professor de matérias específicas	99.804	172.675	61.824
Formação de professor de biologia	9.280	21.286	6.703
Formação de professor de ciências	14.460	25.914	10.226
Formação de professor de desenho	30	125	30
Formação de professor de educação religiosa	85	376	84
Formação de professor de estudos sociais	2.269	1.739	1.161
Formação de professor de filosofia	1.716	2.334	1.063
Formação de professor de física	2.119	4.984	1.330
Formação de professor de geografia	8.829	14.646	5.186
Formação de professor de história	10.555	18.523	6.966
Formação de professor de letras	33.825	48.553	18.236
Formação de professor de língua/literatura estrangeira clássica	-	-	-
Formação de professor de língua/literatura estrangeira moderna	497	1.426	471
Formação de professor de língua/literatura vernácula (português)	931	3.468	860
Formação de professor de língua/literatura vernácula e língua estrangeira moderna	609	743	374
Formação de professor de matemática	11.730	20.570	7.210
Formação de professor de matérias pedagógicas	50	1.650	173
Formação de professor de psicologia	300	59	43
Formação de professor de química	2.289	5.943	1.599
Formação de professor de sociologia	-	-	-
Formação de professor em ciências sociais	230	336	109
Formação de professor e ciências da educação (cursos gerais)	110	416	33
Educação e comunicação	110	416	33

Fonte: MEC/ Inep /Deaes.

CET/FAT – Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia

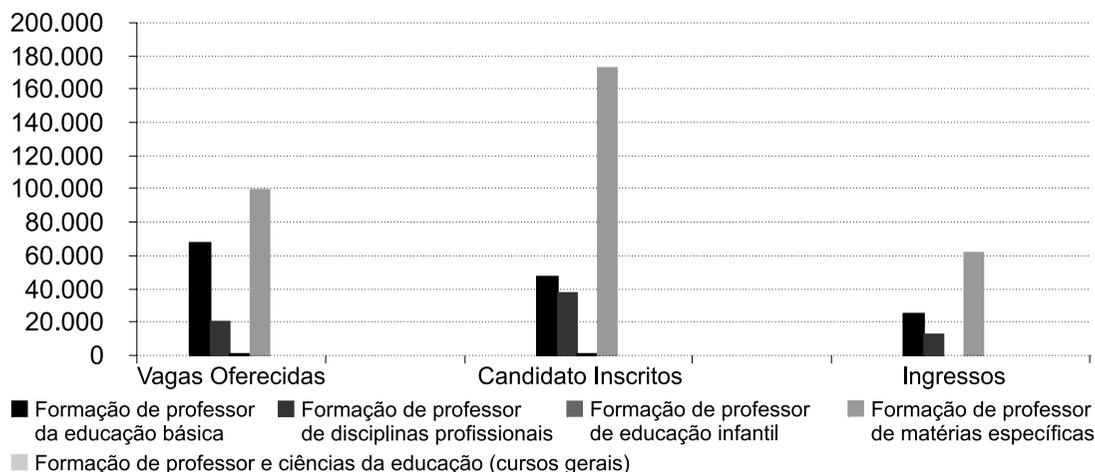


Gráfico 6 – Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos nos processos seletivos para o Ensino Superior, segundo Áreas Detalhadas da Área Geral da Educação (Brasil – 2004)

Tabela 7 – Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais da Área Geral da Educação segundo o tipo de estabelecimento (Brasil – 2004)

(continua)

Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/Confes/Filant
Brasil	626.617	88.098	93.152	21.012	233.582	190.773
Educação	129.902	18.808	47.041	2.799	32.226	29.028
Ciências da educação	67.642	9.888	12.274	1.819	23.758	19.903
Administração educacional	200	–	–	–	200	–
Ciência da Educação	43	–	3	–	40	–
Educação especial	–	–	–	–	–	–
Educação infantil	–	–	–	–	–	–
Educação organizacional	–	–	–	–	–	–
Pedagogia	67.399	9.888	12.271	1.819	23.518	19.903
Psicopedagogia	–	–	–	–	–	–
Formação de professor da educação básica	29.461	2.127	23.479	69	1.476	2.310
Formação de professor das séries finais do ensino fundamental	–	–	–	–	–	–
Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental	8.645	376	7.998	69	162	40
Formação de professor de educação artística para educação básica	46	–	–	–	46	–
Formação de professor de educação física para educação básica	–	–	–	–	–	–
Formação de professor de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	195	–	112	–	–	83
Formação de professor do ensino fundamental	7.693	–	7.667	–	–	26
Formação de professor do ensino médio	578	67	283	–	228	–
Formação de professor para a educação básica Normal superior	2.112	914	–	–	155	1.043
	10.192	770	7.419	–	885	1.118
Formação de professor de disciplinas profissionais	2.459	642	549	186	574	508
Formação de professor de agronomia	32	24	8	–	–	–
Formação de professor de artes (educação artística)	314	119	86	–	80	29
Formação de professor de artes plásticas	9	9	–	–	–	–
Formação de professor de artes visuais	–	–	–	–	–	–
Formação de professor de computação (informática)	248	14	86	52	52	44
Formação de professor de dança	–	–	–	–	–	–
Formação de professor de disciplinas do setor primário (agricultura, pecuária, etc)	–	–	–	–	–	–
Formação de professor de disciplinas do setor secundário (indústria)	–	–	–	–	–	–

Tabela 7 – Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais da Área Geral da Educação segundo o tipo de estabelecimento (Brasil – 2004)

(continuação)

Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/ Confes/ Filant
Formação de professor de disciplinas profissionalizantes do ensino médio	596	117	101	59	141	178
Formação de professor de educação física	1.201	338	257	63	299	244
Formação de professor de enfermagem	13	–	–	–	–	13
Formação de professor de música	34	9	11	12	2	–
Formação de professor de nutrição e dietética	–	–	–	–	–	–
Formação de professor de teatro (artes cênicas)	12	12	–	–	–	–
Formação de professor em ciências ambientais	–	–	–	–	–	–
Formação de professor de educação infantil	76	–	–	–	5	71
Formação de professor de educação infantil	76	–	–	–	5	71
Formação de professor de matérias específicas	30.264	6.151	10.739	725	6.413	6.236
Formação de professor de biologia	1.894	321	339	–	632	602
Formação de professor de ciências	7.601	663	3.074	476	1.241	2.147
Formação de professor de desenho	19	–	19	–	–	–
Formação de professor de educação religiosa	56	–	56	–	–	–
Formação de professor de estudos sociais	1.878	379	–	–	1.024	475
Formação de professor de filosofia	245	–	23	–	163	59
Formação de professor de física	576	110	363	16	50	37
Formação de professor de geografia	1.964	472	981	–	177	334
Formação de professor de história	2.582	519	1.319	16	264	464
Formação de professor de letras	7.002	1.554	2.121	139	1.799	1.389
Formação de professor de língua/literatura estrangeira clássica	–	–	–	–	–	–
Formação de professor de língua/literatura estrangeira moderna	222	–	176	–	39	7
Formação de professor de língua/literatura vernácula (português)	1.545	523	1.015	–	1	6
Formação de professor de língua/literatura vernácula e língua estrangeira moderna	68	–	–	–	–	68
Formação de professor de matemática	4.010	1.465	989	78	958	520
Formação de professor de matérias pedagógicas	67	–	11	–	29	27

Tabela 7 – Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais da Área Geral da Educação segundo o tipo de estabelecimento (Brasil – 2004)

(conclusão)

Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	Total	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/ Confes/ Filant
Formação de professor de psicologia	34	–	–	–	–	34
Formação de professor de química	459	121	253	–	20	65
Formação de professor de sociologia	–	–	–	–	–	–
Formação de professor em ciências sociais	42	24	–	–	16	2
Formação de professor e ciências da educação (cursos gerais)	–	–	–	–	–	–
Educação e comunicação	–	–	–	–	–	–

Fonte: MEC/ Inep /Deaes.
CET/FAT – Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia

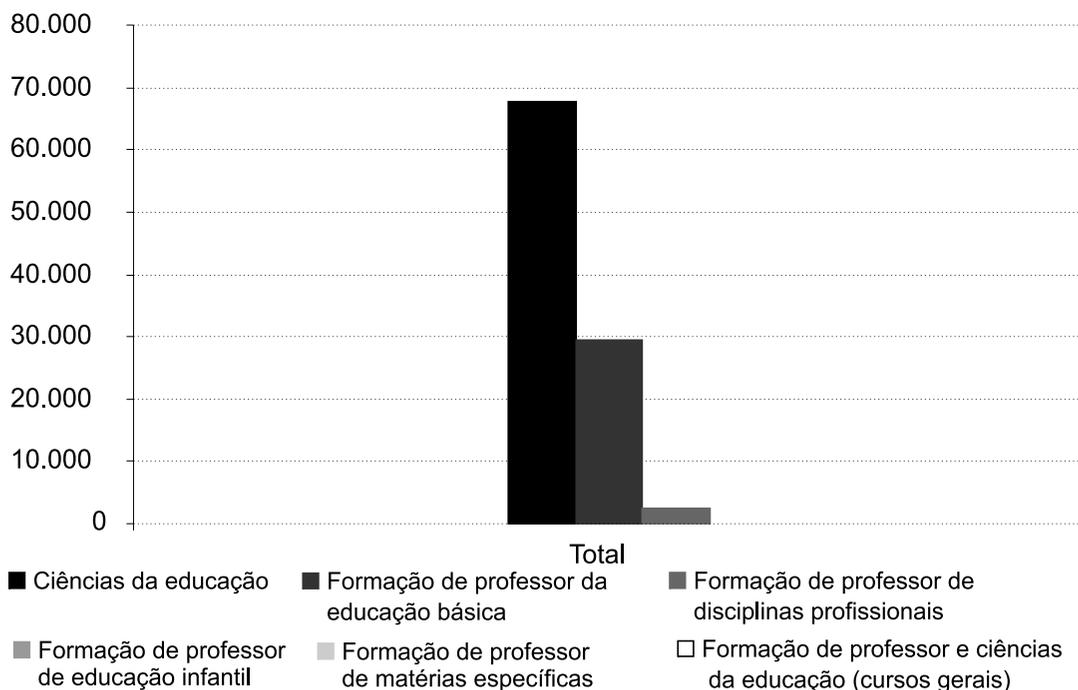


Gráfico 7 – Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais da Área Geral da Educação (Brasil – 2004)

Tabela 8 – Número de Cursos de Graduação à Distância na Área Geral da Educação segundo as Instituições (Brasil – 2004)

(continua)

Instituições de Ensino	Áreas Gerais, Áreas Detalhadas, Programas e /ou Cursos e Municípios	Número de Cursos
Universidade Federal do Pará	Educação Formação de professor de matérias específicas Formação de professor de matemática	7
Universidade Estadual do Maranhão	Educação Formação de professor da educação básica Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental	5
Universidade Estadual do Ceará	Educação Formação de professor da educação básica Formação de professor para a educação básica	1
Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	Educação Formação de professor de disciplinas profissionais Formação de professor de artes (educação artística) Formação de professor de matérias específicas Formação de professor de biologia Formação de professor de física Formação de professor de língua/literatura vernácula (português) Formação de professor de matemática Formação de professor de química	1 1 1 1 1 1 1
Universidade Federal de Alagoas	Educação Ciências da educação Pedagogia	1
Universidade Salvador	Educação Formação de professor de matérias específicas Formação de professor de letras	1
Universidade Federal de Ouro Preto	Educação Formação de professor da educação básica Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental	1
Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Centro Universitário de Patos de Minas	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Centro Universitário do Sul de Minas	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Teófilo Otoni	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1

Tabela 8 – Número de Cursos de Graduação à Distância na Área Geral da Educação segundo as Instituições (Brasil – 2004)

(continuação)

Instituições de Ensino	Áreas Gerais, Áreas Detalhadas, Programas e /ou Cursos e Municípios	Número de Cursos
Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Faculdade do Noroeste de Minas	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Fundação Universidade Federal de Viçosa	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Instituto Superior de Educação de Divinópolis	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Universidade Federal de Minas Gerais	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Universidade Federal de Uberlândia	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Universidade do Estado de Minas Gerais	Educação Formação de professor da educação básica Normal superior	1
Universidade Federal do Espírito Santo	Educação Formação de professor da educação básica Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental	1
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Ciências, matemática e computação Biologia e bioquímica Biologia	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Educação Ciências da educação Pedagogia	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Educação Ciências da educação Pedagogia	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Educação Formação de professor de matérias específicas Formação de professor de biologia Formação de professor de física	1 1

Tabela 8 – Número de Cursos de Graduação à Distância na Área Geral da Educação segundo as Instituições (Brasil – 2004)

Instituições de Ensino	Áreas Gerais, Áreas Detalhadas, Programas e /ou Cursos e Municípios	(conclusão) Número de Cursos
Universidade Federal Fluminense	Educação Formação de professor de matérias específicas Formação de professor de matemática	1
Total de Cursos		47

Anexo C – Estatísticas referentes ao Censo do Magistério
(2003)

Tabela 1 – Profissionais do Magistério da Educação Básica

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa	Faixa Etária								
	Total	Menores de 18 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 anos ou mais	Não informado
Brasil	1.542.878	288	120.974	481.311	539.493	305.933	69.353	5.036	20.490
Pública	1.355.866	185	98.163	411.767	482.265	279.601	62.192	4.189	17.504
Federal	5.333	1	59	927	2.045	1.775	364	32	130
Estadual	608.570	24	22.098	135.675	229.224	170.911	40.122	2.806	7.710
Municipal	741.963	160	76.006	275.165	250.996	106.915	21.706	1.351	9.664
Privada	187.012	103	22.811	69.544	57.228	26.332	7.161	847	2.986
Capital	268.077	22	12.472	67.865	95.129	68.493	19.088	1.526	3.482
Rural	260.745	96	39.871	105.441	75.716	29.997	5.036	368	4.220
Norte	123.398	15	11.253	46.375	40.142	20.431	3.470	167	1.635
Nordeste	520.660	179	53.307	175.379	169.156	93.972	20.233	1.646	6.788
Sudeste	571.348	31	31.827	157.709	211.297	127.727	32.353	2.512	7.892
Sul	231.443	54	17.191	69.176	84.996	46.219	10.445	558	2.804
Centro-Oeste	96.029	9	7.396	32.672	33.902	17.674	2.852	153	1.371

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

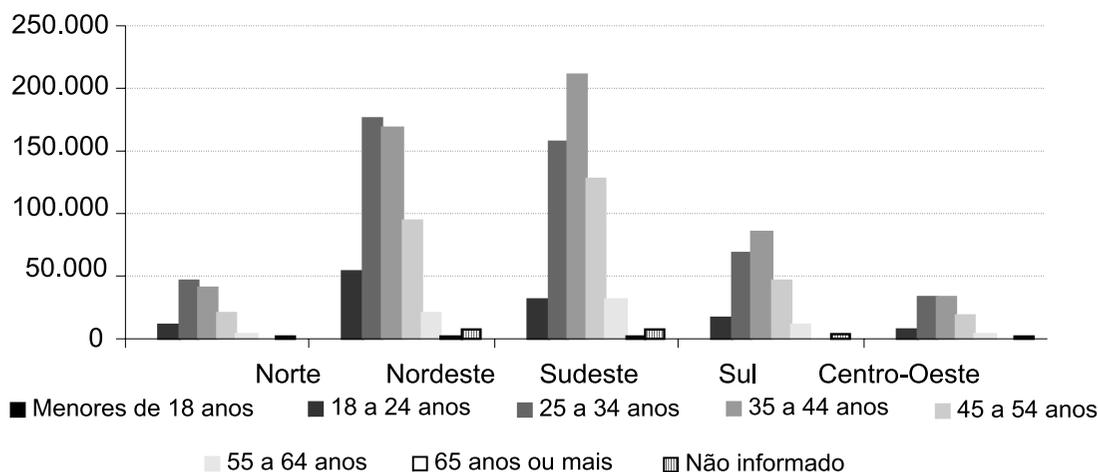


Gráfico 1 – Faixa Etária dos Profissionais do Magistério da Educação Básica por Região do País

Tabela 2 – Profissionais do Magistério da Educação Básica

Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Sexo			
	Total	Feminino	Masculino	Não Informado
Brasil	1.542.878	1.306.635	228.426	7.817
Pública	1.355.866	1.151.742	197.173	6.951
Federal	5.333	2.534	2.788	11
Estadual	608.570	497.235	108.308	3.027
Municipal	741.963	651.973	86.077	3.913
Privada	187.012	154.893	31.253	866
Capital	268.077	220.655	46.152	1.270
Rural	260.745	213.142	46.049	1.554
Norte	123.398	94.834	27.757	807
Nordeste	520.660	437.701	80.744	2.815
Sudeste	571.348	491.958	77.111	2.279
Sul	231.443	202.285	27.833	1.325
Centro-Oeste	96.029	80.457	14.981	591

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

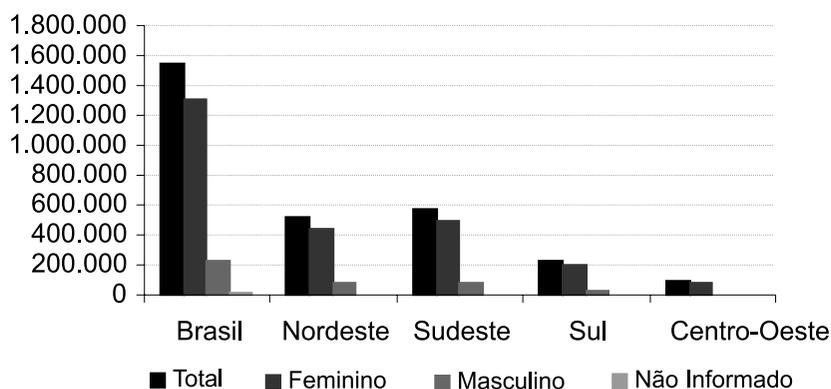


Gráfico 2 – Sexo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica por Região do País

Tabela 3 – Profissionais do Magistério da Educação Básica

Unidade da Federação/ Dependência Administrativa/ Localização	Função que exerce na escola							
	Readaptado	Regência de Sala de aula	Coordenador Pedagógico	Diretor	Outra função Pedagógica	Função Administrativa	Especialista (Supervisor, Orientador, Administrador)	Outra Função na Escola
Brasil	28.501	1.367.118	40.219	55.657	29.210	58.525	32.188	40.249
Pública	27.251	1.195.336	34.280	47.079	26.166	53.810	30.079	35.222
Federal	31	5.052	242	192	124	104	154	216
Estadual	13.682	527.761	17.059	22.153	14.504	22.567	16.061	18.568
Municipal	13.538	662.523	16.979	24.734	11.538	31.139	13.864	16.438
Privada	1.250	171.782	5.939	8.578	3.044	4.715	2.109	5.027
Capital	5.335	237.468	7.629	11.524	5.980	7.670	5.019	7.183
Rural	3.354	241.428	4.439	7.345	2.415	11.903	3.606	4.858
Norte	2.291	112.106	2.681	3.674	2.013	3.699	2.563	2.730
Nordeste	10.063	463.605	11.431	17.691	7.430	23.079	10.446	10.906
Sudeste	10.433	507.112	14.423	20.363	10.138	17.440	11.507	16.850
Sul	3.939	201.174	5.655	9.058	8.823	10.763	5.263	7.554
Centro-Oeste	1.775	83.121	6.029	4.871	806	3.544	2.409	2.209

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

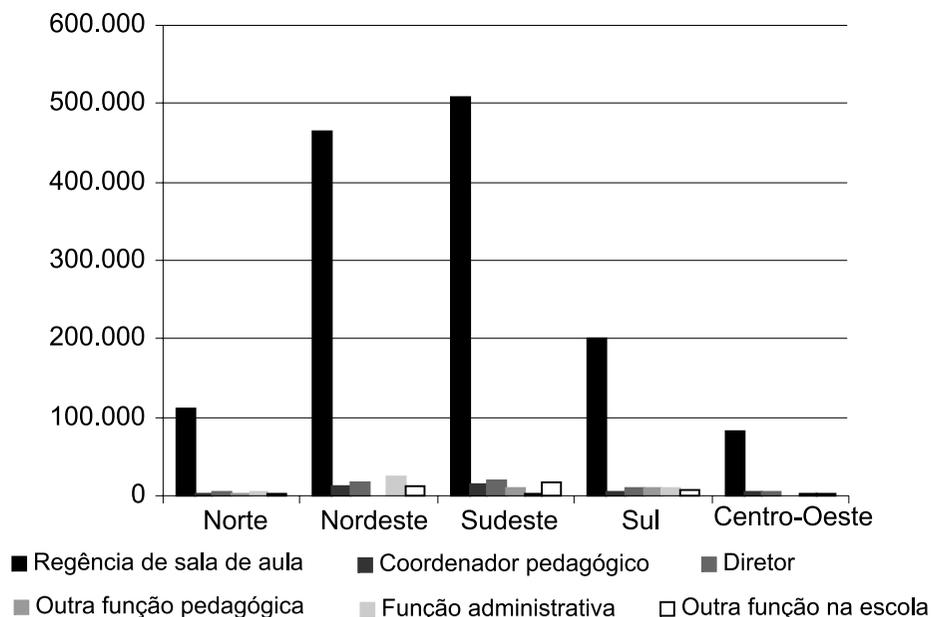


Gráfico 3 – Função que os Profissionais do Magistério da Educação Básica exercem na escola por Região do País

Tabela 4 – Profissionais do Magistério da Educação Básica

Unidade da Federação/ Dependência/ Administrativa/ Localização	Disciplina Ministrada									
	Língua Portuguesa ou Literaturas de Língua Portuguesa	Matemática	História	Geografia	Ciências	Língua Inglesa	Educação Física	Biologia	Física	Química
Brasil	183.310	155.747	131.451	126.074	93.697	76.160	61.847	32.446	31.175	29.281
Pública	164.712	139.396	118.051	113.331	84.381	68.500	56.086	28.074	26.867	25.077
Federal	541	446	237	224	66	298	311	246	253	308
Estadual	95.972	75.046	62.775	59.102	32.137	46.247	30.477	24.054	22.179	21.007
Municipal	68.199	63.904	55.039	54.005	52.178	21.955	25.298	3.774	4.435	3.762
Privada	18.598	16.351	13.400	12.743	9.316	7.660	5.761	4.372	4.308	4.204
Capital	30.526	25.190	20.075	18.869	12.480	12.793	10.664	6.926	6.036	5.806
Rural	29.662	28.985	25.723	25.512	25.459	9.548	11.673	1.496	2.296	1.874
Norte	15.748	14.399	12.310	12.081	10.111	4.450	5.735	1.929	2.477	2.218
Nordeste	67.517	57.158	53.332	51.764	45.504	25.189	17.258	8.642	9.108	9.188
Sudeste	62.679	52.209	39.154	36.864	21.500	30.064	22.659	14.358	12.713	11.083
Sul	24.976	21.949	17.473	16.436	9.949	11.180	11.732	5.378	4.855	4.712
Centro-Oeste	12.390	10.032	9.182	8.929	6.633	5.277	4.463	2.139	2.022	2.080

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

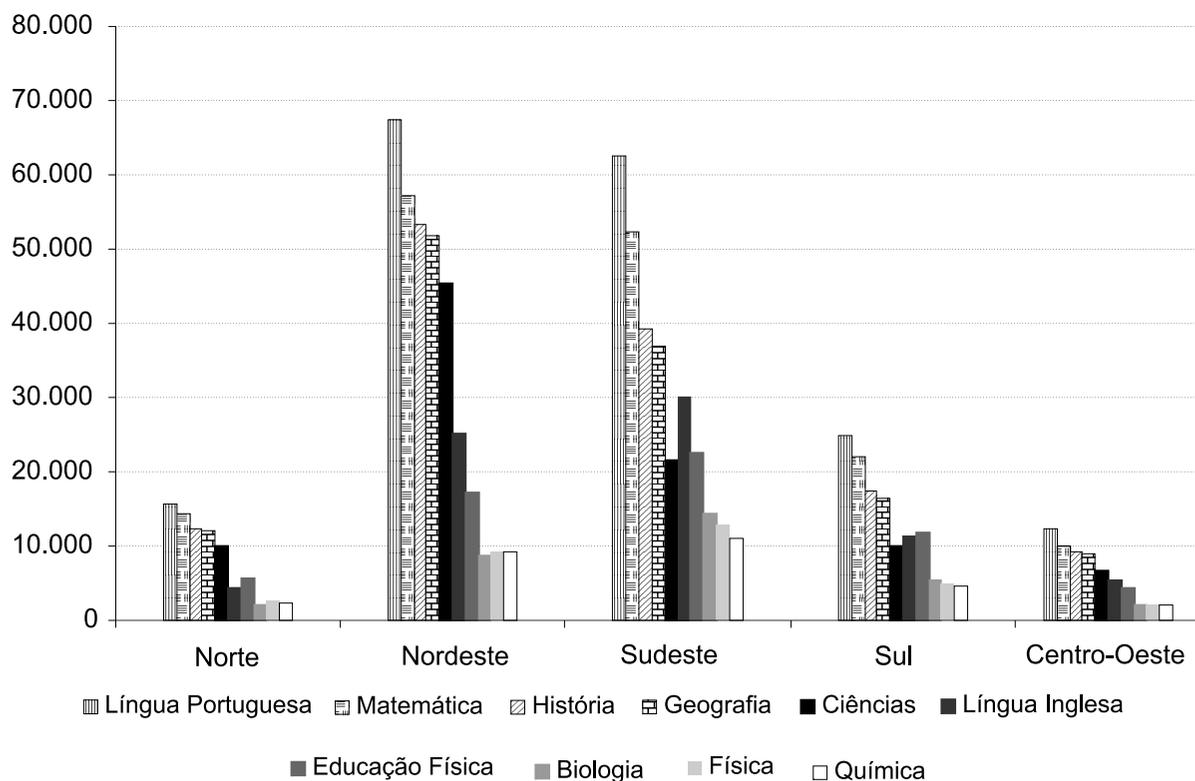


Gráfico 4 – Disciplinas Ministradas pelos Profissionais do Magistério da Educação Básica por Região do País

Tabela 5 – Salário dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Regular (R\$)

Unidade da Federação / Dependência Administrativa / Localização	Educação Infantil			Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	Total	Creche	Pré-Escola		Total	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	
Brasil	672,25	527,44	719,74	616,27	749,22	680,20	854,56	1.059,80
Pública	692,68	544,40	744,90	617,20	740,42	672,44	844,67	1.017,00
Federal	1.406,90	816,67	1.665,20	2.120,20	2.306,10	2.195,80	2.392,80	2.509,90
Estadual	928,53	869,06	943,88	878,47	913,69	866,87	949,45	994,80
Municipal	675,51	534,45	727,27	569,38	635,82	595,94	719,47	728,23
Privada	596,02	446,47	633,14	612,25	856,68	777,45	979,81	1.350,60
Rural	417,29	365,57	428,14	413,06	486,12	451,99	558,55	1.077,40
Urbana	704,42	543,55	759,08	664,78	828,53	766,13	906,98	1.059,40
Norte	511,96	487,34	517,90	542,66	711,04	627,02	894,40	1.233,20
Nordeste	386,42	350,40	397,47	397,19	505,61	452,96	587,69	846,11
Sudeste	862,24	627,53	911,42	873,64	975,79	900,18	1.089,00	1.179,60
Sul	635,30	551,81	686,26	782,13	832,17	748,09	932,42	1.030,60
Centro-Oeste	756,08	629,75	810,79	789,16	865,00	821,68	928,81	1.132,10

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

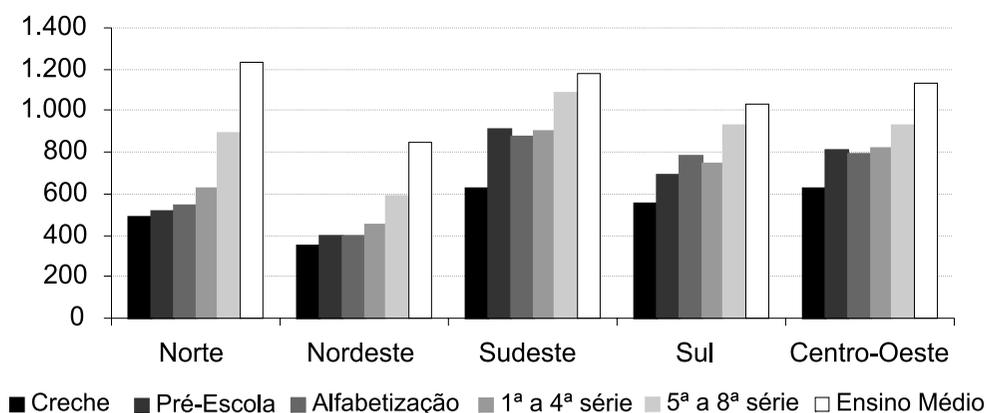


Gráfico 5 – Salário dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Regular (R\$) por Região do País

Tabela 6 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica

Unidade da Federação/ Dependência Administrativa/ Localização	Grau de Formação/Nível de Escolaridade						Não Informado
	Total	Fundamental	Médio		Superior		
			Com magistério	Sem Magistério	Com Licenciatura	Sem Licenciatura	
Brasil	1.542.878	17.590	320.832	23.871	75.233	1.016.468	88.884
Pública	1.355.866	15.882	289.991	19.357	59.300	893.298	78.038
Federal	5.333	2	68	37	826	4.202	198
Estadual	608.570	2.242	70.883	3.927	25.512	474.256	31.750
Municipal	741.963	13.638	219.040	15.393	32.962	414.840	46.090
Privada	187.012	1.708	30.841	4.514	15.933	123.170	10.846
Capital	268.077	938	28.903	2.320	15.762	206.696	13.458
Rural	260.745	10.096	111.294	9.726	9.929	101.888	17.812
Norte	123.398	2.185	38.210	2.022	7.219	65.280	8.482
Nordeste	520.660	11.159	174.079	13.084	23.469	264.723	34.146
Sudeste	571.348	2.292	73.951	4.573	28.821	433.281	28.430
Sul	231.443	1.283	24.704	2.439	11.095	179.736	12.186
Centro-Oeste	96.029	671	9.888	1.753	4.629	73.448	5.640

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

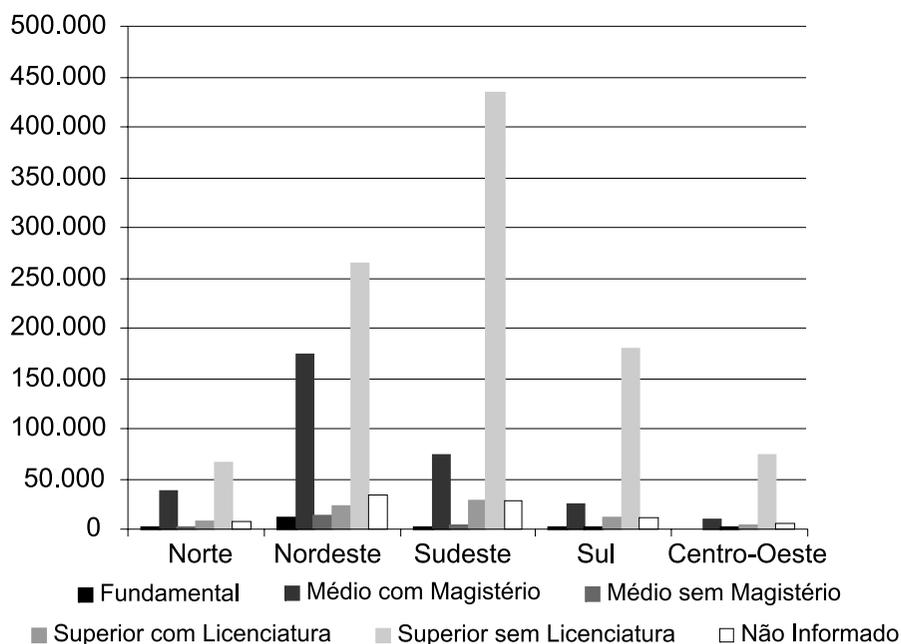


Gráfico 6 – Grau de Formação / Nível de Escolaridade dos Profissionais do Magistério da Educação Básica por Região do País

Tabela 7 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica por nível do curso que frequenta

Unidade da Federação/Dependência Administrativa/Localização	Nível Médio	Nível Superior		
		Total	Licenciatura	Outro
Brasil	43.207	338.438	253.857	84.581
Pública	39.086	297.488	223.796	73.692
Federal	28	315	127	188
Estadual	8.880	106.224	76.563	29.661
Municipal	30.178	190.949	147.106	43.843
Privada	4.121	40.950	30.061	10.889
Capital	3.315	49.101	34.196	14.905
Rural	16.930	65.492	50.591	14.901
Norte	5.453	43.310	32.517	10.793
Nordeste	21.928	114.170	86.998	27.172
Sudeste	8.730	103.171	75.280	27.891
Sul	4.349	51.660	38.495	13.165
Centro-Oeste	2.747	26.127	20.567	5.560

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

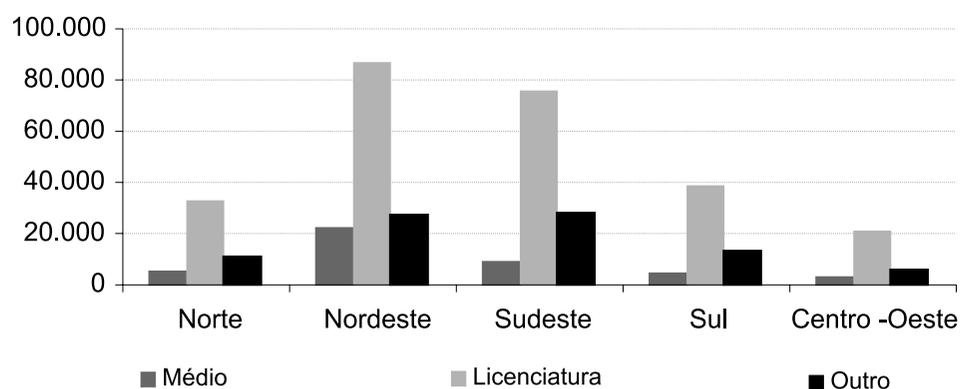


Gráfico 7 – Nível do curso que os Profissionais do Magistério da Educação Básica frequentam por Região do País

Tabela 8 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica que participaram de alguma atividade ou curso de formação continuada nos últimos dois anos

Unidade da Federação/Dependência Administrativa/Localização	Total	Presencial	À distância	Semi presencial
Brasil	701.516	573.901	82.856	44.759
Pública	639.081	520.614	77.010	41.457
Federal	1.211	892	232	87
Estadual	265.240	204.074	39.311	21.885
Municipal	372.630	315.648	37.467	19.5145
Privada	62.435	53.287	5.846	3.302
Capital	103.362	85.318	11.786	6.258
Rural	119.416	98.944	13.097	7.375
Norte	53.553	45.076	5.406	3.071
Nordeste	227.890	182.951	32.930	12.009
Sudeste	239.219	204.983	17.859	16.377
Sul	127.370	101.618	17.676	8.076
Centro-Oeste	53.484	39.273	8.985	5.226

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

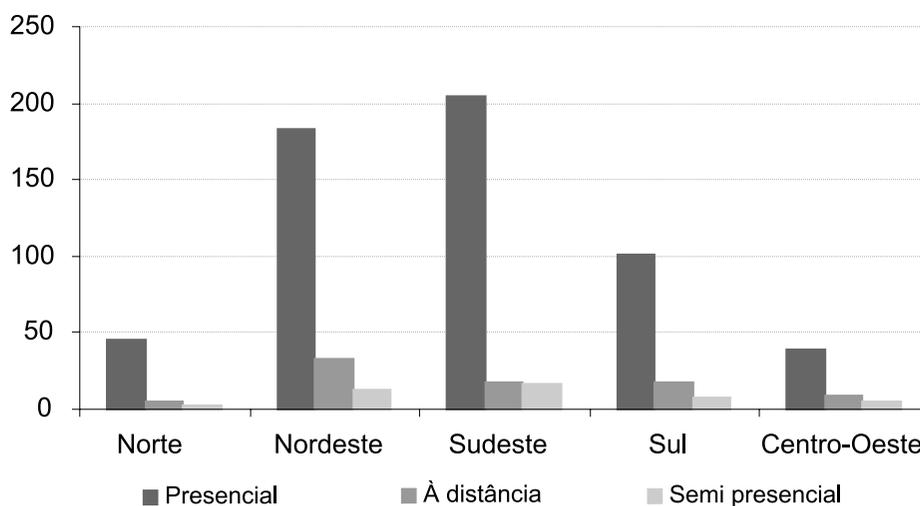


Gráfico 8 – Tipo de atividade ou curso de formação continuada que os Profissionais do Magistério da Educação Básica participaram nos últimos dois anos por Região do País

Tabela 9 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica

Unidade da Federação / Dependência Administrativa / Localização	Instituição quem promoveu a capacitação							
	MEC	Instituição de Ensino Superior Privada	Secretaria Municipal de Educação	Instituição de Ensino Superior Pública	Secretaria Estadual de Educação	ONG	A própria escola	Sindicatos
Brasil	142.568	432.402	277.634	95.422	88.238	58.797	22.698	18.572
Pública	136.260	414.270	265.748	67.414	65.930	51.674	18.048	14.555
Federal	268	79	147	412	277	559	72	43
Estadual	39.620	54.985	200.632	40.639	31.664	27.009	72.672	7.423
Municipal	96.372	359.206	64.969	26.363	33.989	24.106	10.304	7.089
Privada	6.308	18.132	11.886	28.008	22.308	7.123	4.650	4.017
Capital	11.122	48.579	43.005	21.808	16.721	11.549	4.833	5.326
Rural	35.809	110.316	28.269	6.071	9.434	6.916	3.576	1.827
Norte	14.869	36.504	22.633	5.262	3.348	5.034	1.373	612
Nordeste	66.845	171.487	75.583	23.716	12.533	17.060	8.331	3.492
Sudeste	29.879	124.812	121.006	34.918	34.918	19.598	7.788	7.691
Sul	18.990	74.313	37.911	23.439	30.220	11.082	3.518	5.336
Centro-Oeste	11.985	25.286	20.501	8.087	7.731	6.023	1.688	1.441

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

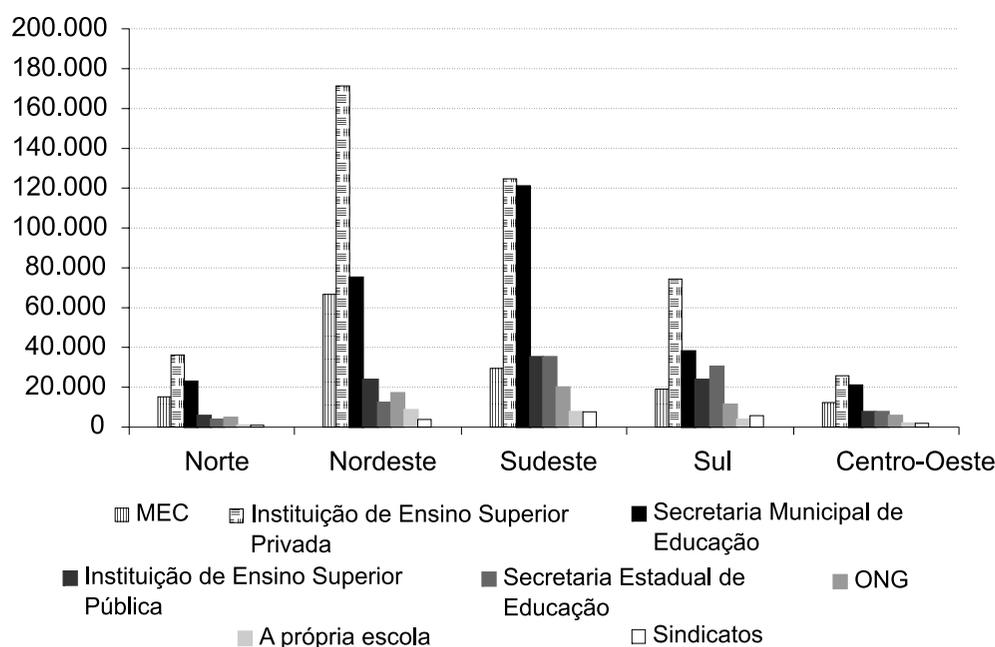


Gráfico 9 – Instituições que promoveram a capacitação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica por Região do País

Tabela 10 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica que participaram de alguma atividade ou curso de formação continuada nos últimos dois anos, por sua percepção sobre a qualidade da capacitação

Unidade da Federação/ Dependência Administrativa/ Localização	Total	Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente	Não Informado
Brasil	762.789	2.024	4.108	62.620	434.858	199.033	60.146
Pública	690.886	1.911	3.885	58.984	396.893	175.763	53.450
Federal	1.400	7	20	113	726	392	142
Estadual	276.849	892	1.827	24.038	161.454	66.656	21.982
Municipal	412.637	1.012	2.038	34.833	234.713	108.715	31.326
Privada	71.903	113	223	3.636	37.965	23.270	6.696
Capital	117.963	447	1.139	12.499	67.145	27.425	9.308
Rural	135.337	258	382	10.502	73.482	38.323	12.390
Norte	61.034	146	336	5.371	35.062	14.437	5.682
Nordeste	251.331	654	1.091	23.606	140.102	64.270	21.608
Sudeste	268.785	820	1.894	21.788	151.698	72.954	19.631
Sul	128.650	274	529	8.149	77.600	32.812	9.286
Centro-Oeste	52.989	130	258	3.706	30.096	14.560	3.039

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

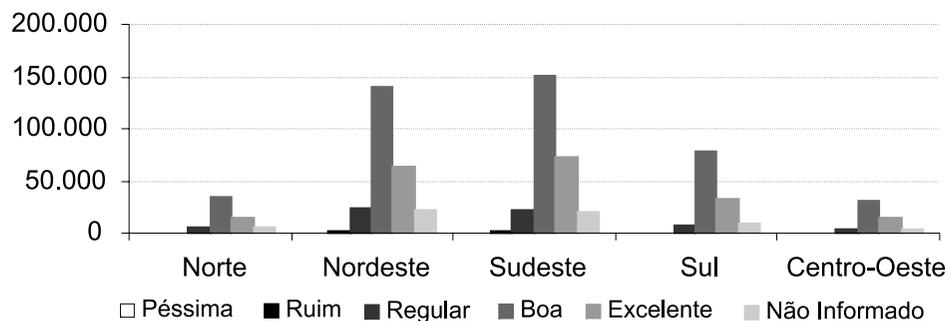


Gráfico 10 – Avaliação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica sobre sua percepção sobre a qualidade das atividades ou cursos de formação continuada realizados nos últimos dois anos por Região do País

Tabela 11 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica que participaram de alguma atividade ou curso de formação continuada nos últimos dois anos, por sua percepção sobre a sua influência na melhoria de sua prática pedagógica

Unidade da Federação/ Dependência Administrativa/ Localização	Total	Péssima	Ruim	Regular	Boa	Excelente	Não Informado
Brasil	762.789	1.794	4.152	62.977	424.823	194.182	74.861
Pública	690.886	1.682	3.894	59.147	387.829	171.603	66.731
Federal	1.400	4	20	145	693	365	173
Estadual	276.849	787	1.935	24.941	157.371	64.414	27.401
Municipal	412.637	891	1.939	34.061	229.765	106.824	39.157
Privada	71.903	112	258	3.830	36.994	22.579	8.130
Capital	117.963	405	1.185	12.942	64.413	26.888	12.130
Rural	135.337	201	334	9.545	72.487	37.965	14.805
Norte	61.034	121	296	4.866	33.959	14.926	6.866
Nordeste	251.331	521	931	21.805	136.899	64.411	26.764
Sudeste	268.785	786	2.016	23.207	149.240	69.097	24.439
Sul	128.650	269	646	9.348	75.410	31.275	11.702
Centro-Oeste	52.989	97	263	3.751	29.315	14.473	5.090

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

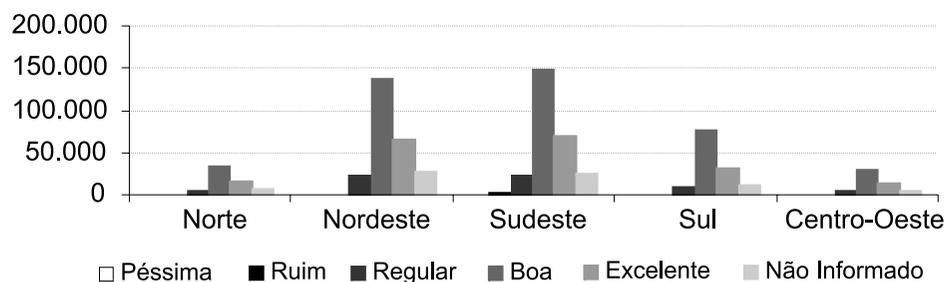


Gráfico 11 – Avaliação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica sobre sua percepção quanto à influência das atividades ou cursos de formação continuada realizados nos últimos dois anos na melhoria de sua prática pedagógica, por Região do País

Tabela 12 – Número de Profissionais do Magistério da Educação Básica

Unidade da Federação / Dependência Administrativa / Localização	Total	Número de horas dedicadas exclusivamente a atividades em sala de aula (em horas)					
		Menos de 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	Mais de 40	Não informado
Brasil	1.542.878	177.919	587.187	283.089	205.837	26.187	262.659
Pública	1.355.866	139.091	520.483	253.352	188.247	22.283	232.410
Federal	5.333	611	2.673	1.077	416	26	530
Estadual	608.570	57.275	188.484	134.810	99.927	10.887	117.187
Municipal	741.963	81.205	329.326	117.465	87.904	11.370	114.693
Privada	187.012	38.828	66.704	29.737	17.590	3.904	30.249
Capital	260.745	32.725	127.593	31.074	34.410	3.007	32.206
Rural	1.282.133	145.194	459.594	252.015	171.697	23.180	230.453
Norte	123.398	17.313	46.702	13.137	20.897	4.555	20.794
Nordeste	520.660	49.425	241.697	69.128	74.935	4.683	80.792
Sudeste	571.348	77.647	172.781	157.079	49.219	11.325	103.297
Sul	231.443	23.308	97.536	20.662	47.358	3.696	38.883
Centro-Oeste	96.029	10.226	28.471	23.083	13.428	1.928	18.893

Fonte: MEC/ Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

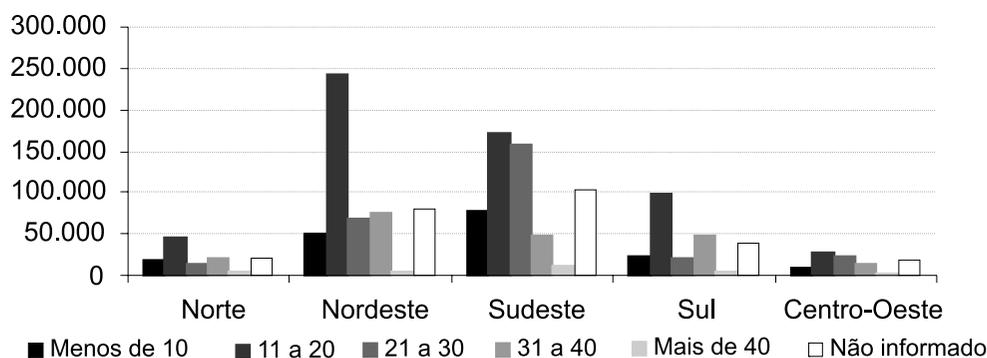


Gráfico 12 – Número de horas dedicadas exclusivamente a atividades em sala de aula (em horas) dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, por Região do País